UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Bruno de Menezes Santos

ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: REDES DE SOLIDARIEDADE ÉTNICAS DE ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes

São Cristóvão – SE
2021

Bruno de Menezes Santos

ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: REDES DE SOLIDARIEDADE ÉTNICAS DE ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL

Monografia apresentada ao departamento de ciências sociais da Universidade Federal de Sergipe. Como requerimento parcial para obtenção do título de Bacharel (a) em Ciências Sociais

São Cristóvão, 2021.

Bruno de Menezes Santos

ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO:
REDES DE SOLIDARIEDADE ÉTNICAS DE ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL

Monografia apresentada ao departamento de ciências sociais da Universidade Federal de Sergipe. Como requerimento parcial para obtenção do título de Bacharel (a) em Ciências Sociais

São Cristóvão, ____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador (a) Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes (DCS-UFS)

_____
Membro externo: Prof. Dr. Gustavo Dias (UNIMONTES-MG)

_____
Membro interno: Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correa (DCS-UFS)

_____
Dr. Ivan Fontes Barbosa (DCS-UFS-SUPLENTE)

Dedicado à minha vó, Valda Meneses Carvalho.

Resumo

Este estudo visa compreender as migrações internacionais, com foco na imigração estudantil e no papel das redes migratórias no processo de acolhimento no país receptor, em específico, as redes de associações africanas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A pesquisa analisou três dessas associações: Associação de Estudantes Angolanos na Unilab (AEAU), Associação de Estudantes Cabo-Verdianos na Unilab (AECVU) e Associação de Estudantes Guineenses na Unilab (AEGU). Com ênfase na pesquisa qualitativa, empregamos revisões bibliográficas e o método etnográfico virtual, realizando observações nas páginas das associações nas redes sociais, especialmente no Facebook, que também serviu como local para condução das entrevistas. O estudo teve como objetivo geral entender os motivos que levam os estudantes africanos da UNILAB - Ceará - a se envolverem em atividades associativas e como as associações fortalecem as relações étnicas. Os objetivos específicos consistem em: Descrever os principais objetivos e dificuldades das associações estudantis; Analisar conflitos, interesses coletivos e estratégias defensivas nas redes de relações de imigrantes; Investigar se as práticas associativas refletem o habitus imigrante, a constituição do capital social e o capital de mobilidade. Os resultados revelam que as associações africanas na UNILAB funcionam como redes de solidariedade étnica, ativamente envolvidas na defesa dos interesses culturais dos estudantes e no combate ao isolamento e constrangimentos sociais.

Palavras-Chave: Associativismo, Redes Migratórias, Estudantes Africanos, UNILAB.

ABSTRACT

This study aims to understand international migrations, focusing on student immigration and the role of migratory networks in the reception process in the host country, specifically, the networks of African associations at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). The research analyzed three of these associations: the Angolan Students Association at UNILAB (AEAU), the Cape Verdean Students Association at UNILAB (AECVU), and the Guinean Students Association at UNILAB (AEGU). With an emphasis on qualitative research, we employed literature reviews and the virtual ethnographic method, conducting observations on the associations' pages on social media, especially on Facebook, which also served as the location for conducting interviews. The study's general objective was to analyze how African student associations strengthen ethnic relations and deal with challenges within and outside the university. The specific objectives consist of: Describing the main objectives and difficulties of student associations; Analyzing conflicts, collective interests, and defensive strategies in immigrant relationship networks; Investigating whether associative practices reflect immigrant habitus, the constitution of social capital, and mobility capital. The results reveal that African associations at UNILAB function as ethnic solidarity networks, actively involved in defending students' cultural interests and combating isolation and social constraints.

Keywords: Associativism, Migratory Networks, African Students, UNILAB

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTIMATIVAS DE BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR.....15

TABELA 2 - FLUXOS DE IMIGRANTES QUE ENTRARAM NO BRASIL DE 1900-1939 POR NACIONALIDADE E DÉCADA.....21

TABELA 3 - REDUÇÃO DOS FLUXOS DE IMIGRANTES NO BRASIL (1934-1939).....24

TABELA 4 - DADOS QUANTITATIVOS GERAIS DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE ESTUDANTES DA UNILAB (CE).....46

LISTA DE SIGLAS

AECVU - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES CABO-VERDIANOS NA UNILAB
AEAU - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES ANGOLANOS NA UNILAB
AEGU - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES GUINEENSES NA UNILAB
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROINST - Pró-Reitoria de Relações Institucionais
PROPAE - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Sumário

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I: ESTADO DA ARTE SOBRE IMIGRAÇÃO NO BRASIL 14

1.1. AS QUESTÕES DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL 14

1.2. IMIGRAÇÕES NO BRASIL ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS 19

1.3. O SÉCULO XX: AS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DURANTE A ERA VARGAS 23

1.4. IMIGRAÇÃO NO PÓS-GUERRA: DITADURA MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL 25

CAPÍTULO III: EIXOS ANÁLITICOS: IMIGRANTE/ESTRANGEIRO, CAPITAL SOCIAL, REDES E CADEIAS MIGRATÓRIAS; CAPITAL DE MOBILIDADE E HABITUS IMIGRANTE. 33

2.1 O IMIGRANTE E O ESTRANGEIRO. 33

2.2. ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO 36

2.3. ABORDAGEM SOBRE CAPITAL SOCIAL, HABITUS IMIGRANTE E CAPITAL DE MOBILIDADE. 39

2.4. ABORDAGEM SOBRE REDES, CADEIAS EM PROCESSOS MIGRATÓRIOS 42

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS 45

3.1. ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL E NA UNILAB 45

3.2. NOTA METODOLÓGICA 48

3.3. ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB/CE 50

CONSIDERAÇÕES FINAIS 58

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA 61

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso meu profundo agradecimento à minha avó, Valda Meneses Carvalho, por seu incentivo incansável aos meus estudos e por fornecer o suporte necessário para que eu pudesse continuar nessa jornada acadêmica. Eu te amo, e dedico o meu trabalho a você.

Também sou imensamente grato ao meu orientador, Dr. Marcelo Alário Ennes, e aos demais membros do GEPPIP, por todo o acolhimento e apoio, e café que me ofereceram ao longo desta trajetória acadêmica.

Agradeço profundamente aos meus familiares, Elisângela (mãe), Byanka (irmã), José Silva (pai) e José Paulo (avô), por todo o apoio incondicional e pela paciência demonstrada ao longo desta jornada. Suas presenças foram essenciais em meu percurso e sou imensamente grato por tudo que fizeram por mim.

Expresso minha profunda gratidão pela existência da pessoa mais especial que já cruzou meu caminho, Ana Flávia Pires Leal. Sua presença em minha vida é uma demonstração constante de afeto, sendo uma excelente ouvinte e uma companhia perfeita nas horas vagas. Eu te amo e sou imensamente grato por tudo que faz por mim e pela minha vida.

Sou grato aos meus conterrâneos de Lagarto: Franciele Wilze, e em especial, agradeço a Bruno Henrique por todo o apoio, pela ajuda constante e por ser uma fonte inspiradora para mim. Além disso, gostaria de estender meus agradecimentos aos outros conterrâneos de Lagarto, Leon, Damião, Leslie, Bruninha e Lorena, por estarem sempre ao meu lado, apoiando-me em minha jornada.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos amigos que a UFS me proporcionou: Rute, Matheus, Evelyn, Caio, Carlos Henrique, Nayanne e Igor. Suas presenças foram fundamentais em minha jornada acadêmica e sou imensamente grato por todo apoio e amizade que compartilhamos.

INTRODUÇÃO

A presença de imigrantes internacionais no Brasil, nos últimos anos, tem apontado que o tema, além de ser complexo para a sua compreensão, tem se tornado desafiador. O número de imigrantes no mundo alcançou em 2020 a marca de 281 milhões. A quantidade de migrantes totalizou 3,6% da população global, de acordo com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (IMDH, 2021).

Há algum tempo, o tema das migrações tem sido objeto de estudo no Brasil.. Os estudos imigrantistas já rivalizaram com os estudos indígenas e os estudos de comunidades rurais (Oliveira, 2018). Contudo, na nossa atualidade, uma vez que o tema vem avançando nas discussões, tem se observado nos novos fluxos migratórios a urgência de resolução das demandas que surgem.

Segundo o que Patarra (2006) sugere, as novas modalidades migratórias no cenário da globalização elucidam a importância de reavaliar os paradigmas vigentes para o entendimento das migrações internacionais no mundo. Juntamente, Bógus e Fabiano (2015) destacam a necessidade de incorporar novas dimensões explicativas e revisar a definição de migração tanto nacional quanto internacionalmente.

A partir disso, pretende-se analisar o fenômeno das migrações no Brasil a partir de dois de seus aspectos: o associativismo migrante e a mobilidade estudantil internacional. A partir das redes associativas na vida dos imigrantes em mobilidade estudantil, em específico os oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), buscamos analisar as influências desses mecanismos enquanto um provedor de ajuda mútua e de solidariedade, cooperação e confiança.

Segundo Albuquerque (2008), o associativismo é estudado enquanto instrumento de aquisição de capital social, pois permite acesso às redes sociais que lhe são intrínsecas, com ênfase a isso, pretendemos nos orientar a partir do capital social e redes para entendê-lo enquanto um dos fenômenos presente na mobilidade internacional.

Ao considerarmos que as mobilidades internacionais, ou melhor, o ato de imigrar/emigrar é constituído por desafios e dificuldades, compomos nosso problema de pesquisa da seguinte forma: a partir de quais motivações ou fatores os estudantes africanos incorporam as práticas do associativismo em suas vidas?

A pesquisa tem como objetivo geral entender os motivos que levam os estudantes africanos da UNILAB - Ceará a se envolverem em atividades associativas e como as associações fortalecem as relações étnicas.

Os objetivos específicos consistem em: 1) Descrever os principais objetivos e dificuldades das associações estudantis; 2) Analisar conflitos, interesses coletivos e estratégias defensivas nas redes de relações de imigrantes; 3) Investigar se as práticas associativas refletem o habitus imigrante, a constituição do capital social e o capital de mobilidade.

Inicialmente, a justificativa é impulsionada por interesse pessoal, originado da minha participação como bolsista do projeto de extensão "Núcleo de Atendimento ao Imigrante e ao Refugiado", sob orientação do Dr. Marcelo Alário Ennes, na Universidade.

Posteriormente, pela importância social, não apenas para entender o fenômeno da migração, mas também para destacar e dar visibilidade ao protagonismo dos imigrantes. Isso envolve exemplificar suas estratégias coletivas para lidar com dificuldades, preconceitos e exclusões.

Além disso, é fundamental destacar que, para realizar a pesquisa sobre as associações de estudantes africanos no Estado do Ceará, no município de Redenção, foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando o método da Etnografia Virtual.

A escolha da pesquisa qualitativa se deve ao seu reconhecido valor na compreensão dos fenômenos sociais complexos que envolvem as interações humanas (Godoy, 1995). Diferentemente da pesquisa quantitativa, a abordagem qualitativa não se baseia em números precisos e está aberta a interpretações.

Conforme aponta Rodrigues (2006), uma pesquisa é qualitativa quando não se utiliza de procedimentos estatísticos em sua análise. Ela é especialmente útil para investigar problemas de pesquisa complexos que não podem ser totalmente compreendidos por métodos estatísticos (Rodrigues, 2006), uma vez que se concentra em aspectos subjetivos, como opiniões, comportamentos e atitudes individuais ou grupais.

Além disso, o ciberespaço é agora reconhecido como um espaço onde as pessoas constroem identidades e interações "virtuais" (Zanini, 2006). A etnografia começou a ser utilizada para estudar esses ambientes, conhecida como Etnografia Virtual (Zanini, 2006).

Utilizando o *Facebook* como nosso campo virtual, analisamos a presença de associações de estudantes africanos no Brasil, com foco específico no Estado do Ceará, no município de Redenção. A primeira etapa da pesquisa envolveu a observação e acompanhamento das páginas relevantes. Em seguida, foram coletados dados para formular o problema de pesquisa e os objetivos específicos. Esse período de observação e coleta ocorreu durante o mês de fevereiro de 2021.

Após a coleta de dados, foram enviados cinco pedidos de amizade para membros e cinco para presidentes ou representantes de cada associação. Dois membros da Associação de

Estudantes Guineenses na Unilab (AEGU) e o presidente da Associação de Estudantes Cabo-Verdianos na Unilab (AECVU) aceitaram. Em seguida, busquei permissão para aplicar um formulário via chamada pelo Facebook, mas somente o presidente da AECVU e um membro da AEGU aceitaram. A primeira entrevista foi realizada em 11 de março de 2021 com o presidente da AECVU, e a segunda com um membro da AEGU em 17 de março de 2021.

Após as primeiras entrevistas, utilizei a técnica "Bola de Neve" para obter mais contatos e realizar outras entrevistas. Ao ser indicado pelo presidente da AECVU obtive o contato com o secretário executivo da Associação de Estudantes Angolanos na Unilab (AEAU) e realizei a terceira entrevista em 28 de março de 2021. As entrevistas foram conduzidas via chamada de voz pelo Facebook, com permissão para gravação concedida pelos entrevistados. As gravações foram feitas através do gravador de voz do celular do pesquisador.

No primeiro capítulo, exploramos o progresso dos estudos sobre imigração no Brasil e delineamos uma análise sócio-histórica das diversas formas de mobilidade até a chegada dos estudantes africanos ao nosso país.

No segundo capítulo, são apresentados os principais eixos analíticos, como associativismos, capitais sociais e de mobilidade, além do habitus imigrante e do debate sobre a identidade entre imigrante e estrangeiro. A proposta subjacente a este capítulo é compreender o fenômeno da mobilidade internacional estudantil africana a partir de uma perspectiva coletiva, que gera habitus e capital de mobilidade, além de construir redes associativas que proporcionam capital social para enfrentar e reduzir os desafios enfrentados pelos imigrantes e estrangeiros no Brasil.

No terceiro capítulo, apresentamos os dados provenientes da pesquisa bibliográfica sobre a UNILAB, juntamente com as entrevistas realizadas com membros das associações de estudantes africanos da instituição de ensino superior. Nesta seção, buscamos compreender os motivos que levam os imigrantes a se envolverem na vida associativa, como essas associações fortalecem as relações étnicas e analisamos as dificuldades e conflitos enfrentados. Além disso, debatemos sobre o papel do capital social e de mobilidade, bem como o impacto do associativismo na construção de redes étnicas e solidarias.

Os resultados revelam que as associações africanas na UNILAB funcionam como redes de solidariedade étnica, ativamente envolvidas na defesa dos interesses culturais dos estudantes e no combate ao isolamento e constrangimentos sociais.

CAPÍTULO I: ESTADO DA ARTE SOBRE IMIGRAÇÃO NO BRASIL

1.1. AS QUESTÕES DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL

As questões migratórias abrangem diversas disciplinas, como sociologia, antropologia, ciência política, demografia, economia e história, todas contribuindo teórica e empiricamente para o campo (Truzzi e Monsna, 2018). No Brasil, esses estudos têm gerado reflexões sobre temas sociais importantes, como preconceito, racismo, segregação, inclusão, mobilidade social, democracia e identidade nacional.

Essas reflexões são fundamentais porque, conforme Truzzi e Monsna (2018), "os fluxos migratórios relocam indivíduos com histórias e culturas singulares". Assim, as migrações internacionais representam um grande desafio acadêmico, trazendo uma diversidade de elementos teóricos e empíricos (Truzzi e Monsna, 2018). Além disso, a integração desses novos indivíduos na sociedade pode gerar ressignificações complexas nas interações sociais. Os imigrantes podem ser vistos como ameaças econômicas, políticas e culturais, manifestando ansiedades e inseguranças (Truzzi; Monsna, 2018). Às vezes, sua presença é invisibilizada, outras vezes considerada necessária ou conveniente.

Portanto, para evitar polarizações e preconceitos, é essencial discutir amplamente o tema das migrações internacionais, especialmente na sociologia (Truzzi e Monsna, 2018). Essas reflexões abrangem diferentes dimensões, desde o âmbito internacional até o foco no Brasil, do passado ao presente, e das abordagens macro às microscópicas. Nos anos de 1940 a 1970, os estudos sobre migração competiram com os estudos comunitários, rurais e indígenas, com um enfoque teórico similar na assimilação à sociedade nacional.

É necessário examinar as contribuições da sociologia para entender o fenômeno da imigração no Brasil, destacando por que as décadas de 1940 a 1970 foram tão significativas, além de esclarecer os motivos que levaram à redução dos estudos sobre imigração posteriormente. Segundo Márcio de Oliveira (2018), os estudos sobre imigrantes, assim como os estudos sobre comunidades rurais e indígenas, foram considerados grupos à margem de uma nação brasileira em processo de modernização. Esses grupos marginalizados foram vistos como destinados à assimilação à sociedade nacional.

Oliveira (2018) destaca Emílio Willems (1905-1997) como uma figura marcante nos estudos imigrantistas e nos estudos de comunidade no Brasil, usando conceitos emprestados da sociologia norte-americana, como o conceito de assimilação. No contexto dos estudos migratórios no Brasil, o conceito de assimilação não apenas orientou pesquisas acadêmicas, mas também influenciou a política do estado. Embora tenha sido usado pela primeira vez pelo

historiador e sociólogo paulista Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) em seus estudos sobre populações paulistas, na década em que foi empregado, tinha conotações biológico-raciais (Oliveira, 2018). Oliveira ressalta que essas conotações foram mantidas nos trabalhos de outros autores subsequentes.

> Francisco José de Oliveira Vianna (1934) e nos trabalhos de Arthur Ramos dos anos (1940), Freyre, no pequeno livro Continente e ilha, também fez referências à assimilação dos "imigrantes no sul do Brasil" (Freyre, 1943), nos trabalhos de Aluízio Azevedo (1941); Renato Almeida (1943); Emílio Willems (1945) sob o título assimilação dos Judeus; Maria Isaura P de Queiroz (1950); Camilo Cecchi (1957); José Arthur Rios (1958); Renato José Costa Pacheco (1964) e Eunice Durham (1966) (Oliveira, 2018 p. 209).

Nos exemplos mencionados, os autores que utilizaram o conceito de assimilação o fizeram para descrever processos de mudança cultural e social, limitando-se a compreender a absorção pela cultura nacional. Além disso, destacaram-se os conceitos de absorção e aculturação, presentes não apenas nos estudos sobre imigrantes, mas também nos trabalhos sobre indígenas brasileiros (Oliveira, 2018).

No entanto, é importante ressaltar que esses conceitos são excessivamente colonizadores, preocupados apenas em impor à sociedade nacional. Tanto os imigrantes quanto outros membros de comunidades rurais ou indígenas eram vistos como necessitando ser assimilados ou aculturados, implicando na perda de características que pudessem resistir à expansão das práticas de mercado e da modernidade (Oliveira, 2018).

Por volta de 1970, o tema perdeu interesse entre os sociólogos brasileiros, que passaram a se concentrar em outras questões, como classes sociais e desenvolvimento nacional. No final da década, o fenômeno da imigração praticamente desapareceu da sociologia, parecendo estar limitado à historiografia, enquanto na antropologia se tornou secundário (Oliveira, 2018).

O autor destaca que o fenômeno da imigração deixou de explicar as práticas sociais dos imigrantes e seus descendentes, possivelmente porque se acreditava que estavam assimilados à cultura brasileira e não mais se diferenciavam significativamente de outros grupos e classes sociais.

Como resultado, os estudos sobre a presença do imigrante no Brasil começaram a ser abordados a partir de outras perspectivas, como seus perfis profissionais, inserções produtivas e afiliações de classe. Além disso, a partir dos anos 1980, houve um aumento significativo de brasileiros migrando para o exterior (Vilela; Lopes, 2011), principalmente para os Estados Unidos, Paraguai e Japão, conforme mostrado na Tabela 1:

TABELA 1 - ESTIMATIVAS DE BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR.

País/TOTAL	1996	2000	2001	2003
TOTAL	1.419.440	1.887.895	2.041.098	1.805.436
Estados Unidos	580.196	799.203	894.256	713.067
Paraguai	350.000	454.501	369.839	310.000
Japão	262.94	224.970	262.510	269.256
Europa	135.591	197.430	332.164	291.816
Outros da América do Sul	49.44	37.915	91.649	111.705
Outros	41.265	173.876	90.680	109.592

FONTE: PATARRA (2005) Elaborado a partir do Ministério de Relações Exteriores. Registros Consulares. Brasília.

Com base nos dados disponíveis, entre 1996 e 2003, houve um crescimento constante na emigração de brasileiros para o exterior, com destinos principais nos Estados Unidos, Paraguai e Japão, seguidos pela Europa, outros países da América do Sul e outros destinos.

As teses publicadas sobre a imigração de brasileiros para os Estados Unidos durante esse período centralizaram suas análises em conceitos como redes sociais, identidades, transnacionalismo, inserção no mercado de trabalho e o impacto da emigração no local de origem.

No caso da migração do Brasil para o Japão, trata-se de um movimento de "retorno", com apoio institucional japonês. Geralmente, os migrantes eram documentados e tinham garantia de inserção no mercado de trabalho de destino. As pesquisas conduzidas por Vilela e Lopes (2011) destacam especialmente os temas de identidade e inserção no mercado de trabalho como focos principais de estudo.

No entanto, conforme indicado por Vilela e Lopes (2011), houve uma escassez de estudos sobre migrações para a América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. No geral, esses estudos se concentram em questões relacionadas a identidades, conflitos étnicos nas fronteiras nacionais, nacionalidade, políticas migratórias e inserção no mercado de trabalho.

Durante as décadas de 1980 e 1990, apesar das crises econômicas, o Brasil continuou a receber imigrantes. De acordo com Vilela e Lopes (2011), o Brasil era considerado um país mais promissor no cenário internacional, com índices de desenvolvimento superiores aos de outros países da América Latina. Assim, tornou-se natural que o Brasil se destacasse como um destino importante para migrações internacionais, tornando-se um tema relevante para estudantes de pós-graduação.

Quanto aos estudos que abordam imigrantes das Américas no Brasil, muitos deles se concentram na análise dos migrantes oriundos do "cone-sul", incluindo Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, especialmente os provenientes de países integrantes do Mercosul (Vilela; Lopes, 2011).

Em uma das teses observadas por Vilela e Lopes (2011), foram analisadas as características demográficas, educacionais, laborais e de remuneração de imigrantes argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios. O estudo concentrou-se na discriminação salarial e em outras disparidades no tratamento em relação aos trabalhadores brasileiros. Além disso, Bonassi (1999), citado por Vilela e Lopes (2011), abordou a imigração do Cone Sul sob o prisma das identidades em um contexto de diferenciação.

Quanto aos estudos sobre imigração europeia no Brasil, eles abrangem italianos, portugueses, alemães, espanhóis, ucranianos, açorianos e outros povos do Mediterrâneo em geral (Vilela; Lopes, 2011).

Os estudos sobre imigração europeia no Brasil destacam uma centralidade em São Paulo. As abordagens teóricas concentram-se na construção de etnicidade, associativismo e análises religiosas, visando observar a valorização da cultura ao longo do tempo no Brasil, além de análises específicas sobre a culinária italiana como elemento na construção da identidade. Embora São Paulo seja o foco principal, também há estudos sobre a inserção desses imigrantes em outras regiões do Brasil, como no Estado do Rio Grande do Sul (RS) e em Belo Horizonte (MG). No RS, o foco está nas identidades e representações da "Italianidade" local, enquanto em Belo Horizonte, há uma ênfase nos estudos de identidade e inserção no mercado de trabalho (Vilela; Lopes, 2011).

Os estudos sobre a imigração portuguesa abordam desde os motivos para a emigração até a adaptação à sociedade de destino, incluindo questões como relações familiares e espaços de manutenção de identidades. Também são investigados os espaços de luta pela perpetuação dessas identidades, como destacado por Mattos (2003, apud Vilela; Lopes, 2011). Adicionalmente, há estudos que buscam identificar o ideário da colônia portuguesa no Rio de Janeiro durante o período republicano.

No caso dos estudos sobre imigrantes alemães no Brasil, são destacadas as peculiaridades de sua inserção e manifestações étnicas. (Rabello, 2009, apud Vilela; Lopes, 2011). Além disso, há foco em pesquisas que exploram a identidade e religião desse grupo. (Bahia, 2000, apud Vilela; Lopes, 2011).

Os estudos sobre as imigrações espanholas destacam a preocupação em compreender o papel desses imigrantes como mão de obra no contexto do avanço industrial brasileiro,

especialmente a partir de 1995, período de globalização e privatização no Brasil. Nestas pesquisas, também são delineados o perfil do imigrante espanhol, seu nível de qualificação e as ocupações em que estão inseridos, (Dominguez 2004, apud Vilela; Lopes, 2011).

No que diz respeito à imigração asiática no Brasil, especificamente sobre os estudos das imigrações japonesa e chinesa, há uma ênfase na análise dos empreendimentos agrícolas e na heterogeneidade das representações relacionadas à identidade japonesa. Destaca-se a necessidade de compreender o processo de construção dessas identidades. Além disso, alguns estudos ressaltam a importância das festas tradicionais na manutenção e afirmação da etnicidade.

Um exemplo é o trabalho de Ennes (2010), que aborda o significado do Bon-Odori, uma tradição milenar realizada para homenagear os mortos. Esta celebração ocorre no mês de agosto e faz parte das comemorações de aniversário da cidade de Pereira Barreto, interior de São Paulo.

O mesmo autor, em seu livro "A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo", originado de sua tese de doutorado, onde ele investiga a cidade de Pereira Barreto. Ennes (2001) busca analisar como os nipo-brasileiros e não nipo-brasileiros participaram e influenciaram o processo de formação e transformação da identidade brasileira.

Seyferth (2008), por sua vez, apresenta a presença asiática em torno do contexto das ideologias acistas elaboradas por teóricos das camadas privilegiadas da sociedade, que resultaram em ataques e perseguições contra os imigrantes asiáticos.

É importante considerar também os estudos mais recentes sobre imigrantes asiáticos, como o de Goes, Souza e Ennes (2020), que investigaram os mecanismos de solidariedade étnica/nacional entre chineses e sul-coreanos na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Nesse estudo, são analisados os mecanismos de solidariedade com base nas relações de parentesco e amizade, além do uso do idioma e das tradições culturais.

Destacam-se nas pesquisas sobre a imigração africana no Brasil os estudos que abordam as identidades dos estudantes africanos, especialmente considerando o contexto da globalização. Segundo Vilela e Lopes (2011), esses estudos exploram temas como as múltiplas identidades e os diferentes níveis de pertencimento, observados através de expressões culturais como festas, alimentação, dança e aulas sobre África.

Outro aspecto relevante desses estudos está diretamente relacionado ao meu tema, que aborda a mobilidade dos estudantes africanos em busca de qualificação, os desafios

enfrentados durante sua estadia no Brasil e o debate em torno do preconceito desses sujeitos (Gusmão, 2012).

As pesquisas também demonstram a coexistência de grupos heterogêneos, discriminação e o racismo que afetam os processos identitários de tais estudantes. Além disso, outras pesquisas abordam as situações de imigrantes refugiados angolanos, avaliando seus perfis socioeconômicos e o impacto da guerra civil e do processo de luta e libertação, que levou à constituição do Estado de Angola (Justino, 2002, apud Vilela; Lopes, 2011).

Nos estudos sobre imigrantes do Oriente Médio, os sírios e os libaneses destacam-se. Vilela (2002) analisa o processo migratório de mobilidade social e as representações identitárias desses imigrantes. Além disso, estudos identificam a consolidação das redes pelos imigrantes para superar e assegurar identidades (Vilela e Lopes, 2011), além de aspectos religiosos e a suposta vocação ao comércio. Truzzi (2009) contribui à história da imigração com pesquisas sobre sírios, libaneses e seus descendentes, destacando o grupo urbano que formou uma colônia em São Paulo. Ele aborda as trajetórias sociais entre os anos de 1990 do século XIX e a década de 1960.

Diante do que foi mencionada, é correto afirmar que a literatura sobre imigração internacional foi abordada por diferentes áreas acadêmicas, apesar das rivalidades iniciais com os estudos indígenas e rurais. Após um declínio de interesse nos anos 1970, houve uma retomada significativa nos anos 1990, trazendo novas abordagens e ampliando os conceitos nesse campo de estudo.

1.2. IMIGRAÇÕES NO BRASIL ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

O capítulo inicia com uma breve revisão histórica da imigração no Brasil, destacando que o fenômeno da migração internacional não é novo. Pretende-se, assim, analisar alguns aspectos históricos abrangendo os períodos do século XIX ao XXI.

Diante do exposto, os aspectos históricos da imigração no Brasil no final do século XIX e início do século XX são abordados em uma vasta bibliografia. Destacam-se diversos autores, incluindo Patarra e Fernandes (2011), Ennes (2010; 2011), Lesser (2001), Seyferth (1999), além de clássicos como Caio Prado Jr (2017), entre outros.

Com base na bibliografia mencionada, observa-se que as primeiras mobilidades internacionais para o Brasil remontam à chegada dos portugueses durante o período da colonização. Segundo Patarra e Fernandes (2011), nesse contexto, os objetivos dos

portugueses estavam relacionados à apropriação militar, econômica da terra, implantação da grande lavoura e exportação. Essas motivações também deram origem ao tráfico negreiro.

Patarra e Fernandes (2011) destacam que aproximadamente 4 milhões de cativos foram introduzidos no Brasil a partir do continente africano. Essa introdução ocorreu por meio de um movimento de migração forçada e desumana, o qual deu origem à sociedade escravocrata no país, deixando uma marca indelével na sociedade brasileira.

Essa sociedade escravocrata deixou profundas marcas em sua cultura, que persistiram após a abolição da escravatura em 1888. É crucial ressaltar que esse movimento de imigração forçada perdurou por três séculos até ser finalizado em 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

Após a extinção e a efetiva interrupção do tráfico negreiro, Ennes (2011) aponta que as novas recepções aos imigrantes no Brasil podem ser compreendidas à luz das profundas mudanças econômicas ocorridas, especialmente da região Nordeste para o Sudeste. Com o fim do regime escravocrata, surge um novo regime baseado na mão de obra assalariada.

Caio Prado Jr (2017) afirma que a questão da imigração europeia estava intimamente ligada à escravidão e ressurgiu para ocupar os planos das autoridades e proprietários rurais brasileiros no final do século XIX, com a chamada crise do regime escravocrata. Durante o período imperial, a imigração europeia representava, para o Brasil, uma forma de povoamento originária. O autor destaca que o povoamento brasileiro ocorreu por meio dos primeiros fluxos espontâneos de colonos brancos, em sua maioria portuguesa, dos povos africanos escravizados e livres, e da incorporação da sociedade indígena.

Com a retomada das políticas de povoamento no Brasil, segundo Caio Prado Jr (2017), esses planos consistiam na distribuição de terras aos novos colonos, em pequenos lotes agrupados em núcleos autônomos. Assim, o novo tipo de colonização se caracterizava pela fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados em um regime de parcerias (Prado, 2017, p. 139).

Contudo, é necessário destacar que, ainda no século XIX, houve uma diversificação do movimento imigratório com experiências de imigração livre, protagonizada não só por portugueses, mas também por italianos, alemães e outras nacionalidades. Em concordância, Patarra e Fernandes (2011) ressaltam que, nas primeiras décadas do século XIX, o projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e povoamento da terra atraiu alemães, italianos e outros estrangeiros para o sul do país. Em continuação, os autores agregam que, em meados desse mesmo século, imigrantes se dirigiram à cafeicultura do oeste paulista; outros foram canalizados para o trabalho em obras e infraestruturas urbanas.

Ennes (2011) sugere que a trajetória no processo migratório deve ser compreendida como resultante de correlações de forças nos campos político e econômico. Por isso, vale ressaltar que, durante os séculos XIX e XX, a existência desses fluxos migratórios não estava apenas relacionada a fatores naturais como clima ou condição da terra, mas também a disputas políticas e econômicas, além de questões eugênicas.

O autor nos chama a atenção para a predominância dos estudos sobre imigração no Brasil concentrarem-se nas regiões do Sul e Sudeste, para onde se dirigiram os maiores fluxos migratórios, originários da Europa e do Japão. É relevante destacar que esses debates também fizeram parte da agenda nordestina, sugerindo que a vinda de trabalhadores de outros países poderia participar das iniciativas que procuravam revigorar e modernizar a economia dos estados da região. Além disso, foi apontado que houve migrações para Sergipe, resultando na formação da Colônia Quissamã constituída por alemães, cuja existência foi bastante curta (Ennes, 2011).

Retomando as regiões do Sul e Sudeste, houve a chegada de novos imigrantes que enfrentaram diversos desafios com o fim do regime escravocrata e a expansão da produção cafeeira. A associação entre a escassez de mão de obra e a necessidade de suprir um novo contingente de trabalhadores no território nacional tornou-se evidente. Quando os fazendeiros começaram a buscar substitutos para os escravos, os trabalhadores europeus tornaram-se a primeira opção. No entanto, Jeffrey Lesser (2001) enfatiza que esses trabalhadores europeus não eram economicamente acessíveis nem socialmente submissos. Em busca de alternativas, ainda no início do século XIX, um novo grupo foi descoberto, vindo da Ásia distante (Lesser, 2001, p. 32).

A presença dos povos asiáticos no Brasil gerou divisões nos debates das elites. Lesser (2001) observa que "havia uma escala de beleza que colocava o asiático bem abaixo dos europeus e bem acima dos africanos." No entanto, ele ressalta outro problema: os europeus centrais não estavam dispostos a emigrar em grandes números. Assim, a presença dos asiáticos agradava aos fazendeiros e políticos como uma alternativa viável de mão de obra para substituir os escravos.

Aqueles favoráveis à entrada dos novos trabalhadores chineses centravam-se no crescimento econômico. Em contrapartida, seus opositores argumentavam que a presença deles iria promover uma "poluição" social. Segundo Lesser (2001), essa oposição afirmava que os chineses eram biologicamente degenerados, não sendo tão fortes quanto os negros nem tão pacientes e constantes quanto os europeus.

A oposição favorável à vinda de europeus para o Brasil ecoava em todos os âmbitos da sociedade, argumentando que, por serem "brancos", se encaixavam melhor em uma sociedade tradicional (Lesser, 2001). No entanto, essa presença poderia ser um obstáculo para os que desejavam "embranquecer" o país. Influências eugênicas favoreceram a entrada de trabalhadores alemães, italianos, portugueses e espanhóis. O medo do ativismo social era uma preocupação significativa. Apesar disso, não se pode negar que, entre 1900 e 1939, houve um predomínio da imigração europeia para a América, especialmente para o Brasil, conforme os dados apresentados na Tabela 2.

TABELA 2 - FLUXOS DE IMIGRANTES QUE ENTRARAM NO BRASIL DE 1900-1939 POR NACIONALIDADE E DÉCADA.

	1900-1909	1910-1919	1920-1929	1930-1939
Portugueses	32% (195.586)	39% (318.481)	35% (301.915)	31% (102.743)
Italianos	36% (221.394)	17% (138.168)	13% (106.835)	7% (22.170)
Espanhóis	18% (113.232)	22% (181.651)	10% (81.931)	4% (12.746)
Alemães	2% (13.848)	3% (25.902)	9% (75.801)	8% (27.497)
Japoneses	0.01% (861)	3% (27.432)	7% (58.284)	30% (99.222)
Oriente Médio	4% (26.846)	5% (38.407)	5% (40.695)	2% (5.549)
Outros	8% (50.640)	11% (85.412)	21% (181.186)	18% (62.841)
Total	100% (622.407)	100% (815.453)	100% (846.647)	100% (332.768)

FONTE: Jeffrey Lesser (2001) – Elaborado a partir do Brasil, Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, *Quadros estatísticos, resumo anual de estatísticas econômicas*, 1932-1939, 1941, p.80-2; Brasil[1].

A presença dos fluxos de imigração internacional é evidente desde o final do século XIX. Entretanto, a partir de 1900 e início do século, as expressões das imigrações internacionais no Brasil, com destaque para as imigrações europeias, tornam-se ainda mais evidentes, conforme apresentado na tabela de Lesser (2001).

A partir de 1900 e em suas duas primeiras décadas, a predominância da imigração para o Brasil ocorre mais pelas nacionalidades portuguesa, italiana e espanhola. Contudo, ainda que não seja de forma predominante, devem-se destacar os demais fluxos, como os de nacionalidade alemã, japonesa, as imigrações do Oriente Médio, entre outros. Observa-se também uma redução dos fluxos de imigração internacional no Brasil a partir de 1930-1939.

[1] "Discriminação por nacionalidade dos imigrantes entrando no Brasil no período do 1884-1939*", Revista de imigração e Colonização*, v.1, n.3, p.617-42, julho 1940; Ludwig, Brazil; A Handbook of Historical Statistic, 1985, p.104-6; Levy, "O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)", 1974, p.71-3

Diante desse fato, serão apontados no tópico posterior os motivos da redução da vinda de imigrantes para o Brasil.

1.3. O SÉCULO XX: AS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DURANTE A ERA VARGAS

Entre 1930-1945, ao longo do governo de Getúlio Vargas, foram implantadas políticas com medidas restritivas e seletivas baseadas no modelo de eugenia, visando o "aprimoramento" da raça brasileira e tratando a imigração como um problema de ordem nacional. No entanto, é importante ressaltar que as questões de eugenia já estavam presentes nos debates sobre imigração no Brasil desde a segunda metade do século XIX. As características desse período, em termos de discurso e implementações políticas imigratórias relacionadas à raça, não se afastam do imaginário político da imigração na era colonial[2]. Na verdade, representam uma continuação dos discursos sobre quais nacionalidades eram "desejáveis" e quais eram "indesejáveis" em nome da nacionalização.

Além disso, Ennes (2001) afirma que a década de 1930 é o marco de diminuições da entrada de imigrantes no Brasil. Após o término da Segunda Grande Guerra, é restabelecida a entrada de imigrantes, ainda que de forma menos expressiva. Em 1934, foi aprovada a chamada "lei de cotas", que impunha novos limites, por nacionalidade, à entrada de estrangeiros no Brasil. Segundo a nova legislação, só poderiam fixar residência o equivalente a 2% do fluxo de entrada de cada nacionalidade. Em alguns dos seus artigos[3], havia determinações como a entrada por integração étnica, capacidade física e civil do imigrante.

A partir da constituição do Estado Novo em 1937, o governo fomentou campanhas destinadas a "nacionalizar" os núcleos que possuíam vínculos ou traços estrangeiros. As autoridades do alto escalão do governo argumentam que, caso o imigrante não fosse selecionado entre os melhores exemplos, poderiam "desfigurar" e "desnaturalizar" a população brasileira, principalmente se fossem negros, japoneses ou judeus (Caneiro, 2018, p. 116).

[2] As épocas em questão estão fortemente influenciadas por teorias científicas da raça que surgiram nos finais do século XVIII e princípios do Século XIX. O conde Joseph Arthur Gobineau (1816-1882), designado como pai do racismo moderno, propôs a existência de três raças: branca (Caucasiana), que possuía traços de moralidade, vontade e inteligência superiores; negra (Negróide), considerada menos capaz, marcada por características animais, falta de moralidade e instabilidade emocional; e a raça amarela (mongoloide). Essas ideias de Gobineau, juntamente com seus colegas defensores do racismo científico, influenciariam mais tarde as políticas de imigração, a ideologia nazista, segregações e grupos supremacistas brancos. (Giddens, 2001).

[3] Como é o caso do Artigo 121º parágrafo 6.

O governo de Getúlio Vargas também tomou medidas restringindo a entrada de imigrantes. Ennes (2001) apresenta que as políticas internas estabeleceram um conjunto de medidas ao que se chamava de assimilação do estrangeiro no Brasil. Dentre essas medidas, o autor destaca o controle oficial no campo escolar e as fiscalizações das atividades econômicas da colônia pelo Estado brasileiro. "Tudo isso revela uma dinâmica que restringia os espaços de ação política do imigrante no Brasil e dos japoneses em particular" (Ennes, 2001, p. 124).

Em 20 de agosto de 1938, foi publicado o Decreto nº 3.010[4] Podemos destacar ainda mais o caráter discriminatório e capacitista. Não seriam aceitos aqueles também que fossem aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos, que apresentassem lesões orgânicas com insuficiência funcional que os invalidasse para o trabalho e os que possuíssem problemas mentais.

Em antecipação à era Vargas, outros fatores além dos discriminatórios, restritivos e eugenistas que devem ser destacados são as reduções da entrada de imigrantes durante essa época, Patarra alega o seguinte:

> A crise da economia mundial, em 1929, e a consequente crise do café conduziram à passagem para outra etapa. Com a redução progressiva dos fluxos migratórios internacionais, e em virtude dessas alterações estruturais no campo econômico, houve um aumento da demanda por força de trabalho, a qual foi suprida pelas migrações internas no país (Patarra 2012, p.8).

A grande depressão contribuiu tanto para limitar os mercados de trabalho nacionais como para promover sentimentos anti-estrangeiros, os quais ganharam maior expressão nas políticas imigratórias restritivas (Klein, 1999). Além disso, os efeitos da Segunda Guerra Mundial desenvolveram um efeito isolacionista. No período de 1934 a 1939, observamos níveis baixos de migrações internacionais, em contraste com as migrações maciças, conforme indicado na tabela 3.

TABELA 3 REDUÇÃO DOS FLUXOS DE IMIGRANTES NO BRASIL (1934-1939).

Nacionalidades	1934	1935	1936	1937	1938	1939	Total
Alemães	3629	2423	1226	4642	2348	1975	16.243
Chineses	51	12	03	28	11	03	108
Espanhóis	1429	1206	355	1150	290	174	4.604
Italianos	2507	2127	462	2946	1882	1004	10.928
Japoneses	21.930	9611	3306	4557	2525	1414	43.342

[4]Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html.>. Acesso em: 2/04/2021

Poloneses	2380	1428	1743	2540	612	612	9.315
Portugueses	8732	9327	4626	11.417	7435	15.120	56.657
Sírios	158	152	31	109	110	17	577

Fonte: Debastiani (2018) – Elaborado a partir da Revista de Imigração e Colonização, Ano I. N.4. Outubro de 1940. p.637-638.

Com base nos dados da terceira tabela, observam-se as diminuições da entrada de imigrantes no Brasil. O ano de 1934 marca a imposição da "lei de cotas". Apesar das reduções na entrada de imigrantes no país, destaca-se entre os fluxos a entrada dos portugueses, embora de forma menos expressiva se comparada ao início do século XX.

1.4. IMIGRAÇÃO NO PÓS-GUERRA: DITADURA MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial, nos finais dos anos 1940, surge um novo enfoque para as migrações internacionais. O Brasil, assim como outros países, passa a acolher imigrantes com qualificações profissionais, visando preencher espaços vazios do território nacional e promover o branqueamento populacional. No entanto, a partir dos anos 1960, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), as políticas migratórias passam a ser pautadas pela segurança e soberania nacional. Segundo Pádua Fernandes (2012), essa mudança resulta em uma política migratória que não prioriza os direitos humanos, mantendo a distinção entre "desejáveis" e "indesejáveis".

Durante o governo de Getúlio Vargas, a imigração foi considerada uma questão de ordem nacional, e esse discurso nacionalista se perpetuaram durante a Ditadura Militar. A doutrina de segurança e soberania nacional levou à rotulação de certos grupos de imigrantes como "indesejados", principalmente aqueles com inclinações ideológicas de esquerda ou proveniente de Estados socialistas (Fernandes, 2012).

Em linhas gerais, as políticas militares, segundo Fernandes (2012), assumiam um caráter isolacionista em relação ao direito internacional dos direitos humanos. A autora também destaca o seguinte:

> Tratados como os Pactos Internacionais de 1966, sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, bem como o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, só foram ratificados pelo Estado brasileiro em 1992, durante o segundo governo civil após a democratização (Fernandes, p. 2-3. 2012).

Uma exceção notável é a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em 1969. No entanto, a abordagem do governo em relação a essa convenção internacional tinha o objetivo de projetar a imagem do Brasil como um país de "democracia racial". Essa narrativa estava intimamente ligada a dois propósitos: primeiro, negar a existência do racismo no país, alimentando um mito; segundo, promover a ideia no exterior de que o regime militar brasileiro era democrático.

No entanto, com a promulgação do Ato Institucional número 5 em 1968, que fortaleceu ainda mais o regime da Ditadura Militar no Brasil, e com as novas edições do decreto-lei nº 417, de 10 de janeiro de 1969, a situação dos imigrantes no Brasil se tornou precária. Este decreto estabeleceu que os imigrantes poderiam ser expulsos se representassem uma ameaça à segurança nacional, à ordem política ou social, à tranquilidade e moralidade públicas, ou se seus comportamentos fossem considerados prejudiciais ou perigosos para a conveniência ou interesses nacionais. Os Atos Institucionais tornaram a vida dos imigrantes que se enquadravam no estigma do indesejável ainda mais difícil. Não apenas careciam de garantias de permanência no Brasil, mas também viviam sob constante vigilância do regime.

Uma década após a promulgação do decreto que permitia a expulsão de estrangeiros que ameaçassem a ordem, por volta de 1980, o Brasil adotou uma postura ainda mais rígida em relação à imigração com a criação do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), fundamentado na ideologia de soberania nacional e segurança nacional. Os critérios de admissibilidade do estrangeiro eram baseados no interesse nacional, segurança nacional, interesses políticos, socioeconômicos e culturais, além da defesa do trabalhador nacional. No entanto, o estatuto carecia de definições claras sobre imigrantes ou emigrantes e não garantia inclusão laboral, social ou produtiva. Uma das principais ressalvas foi o artigo 6º, que não permitia a posse ou propriedade de bens no Brasil como forma de garantir a permanência no país.

Em suma, o Estatuto do Estrangeiro da Lei 6.815/1980 refletia apenas as ideias da ideologia de soberania nacional, segurança nacional e defesa do trabalhador nacional. Embora tenha sido apresentado como uma política receptiva aos estrangeiros e uma demonstração de democracia, na prática não oferecia garantias, segurança ou estabilidade para aqueles que eram considerados indesejáveis para a ordem nacional.

Na década de 1980, Patarra (2012) observa que o Brasil entrou em uma nova fase de migração, caracterizada pelo aumento significativo do número de brasileiros que passaram a viver no exterior. Esses emigrantes brasileiros tinham como destinos principais países como Estados Unidos, Japão e algumas nações europeias.

Com esse novo panorama, houve uma queda considerável no número de imigrantes que entravam no Brasil e um aumento correspondente no número de brasileiros deixando o país. Patarra e Fernandes complementam essas observações com dados do Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores:

> Em 2002, cerca de 1.964.498 brasileiros residiam no exterior. Quando se verifica os dados de 2007, percebe-se que 3.044.762 brasileiros encontram-se nessa situação, o que corresponde a um crescimento de 55%. Já as informações de 2011 dão conta de que o volume de emigrantes havia ampliado para 3.122.813, representando um aumento de 2,7% em 4 anos. No tocante ao destino desses emigrantes, os últimos dados de 2011, disponibilizados pelo Itamaraty, revelam que a América do Norte era o destino preferido dos brasileiros, abrigando um total de 1.433.146, seguida da Europa, 911.889; América do Sul, 406.926 e Ásia, 241.608. Pelo censo demográfico de 2010 estima-se que 491.645 brasileiros estariam residindo no exterior naquele momento. (Patarra, 2011, p. 72).

Durante esse mesmo período, Patarra e Fernandes (2011) observaram novas tendências na imigração internacional para o Brasil, que passou a receber imigrantes de países como Coreia, China, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru e várias nações africanas. Nas últimas três décadas surgiram uma nova modalidade de imigração, com a presença predominante de estrangeiros de outros países em desenvolvimento (Patarra; Fernandes, 2011).

Essa mudança significativa levou o Brasil a estabelecer intercâmbios migratórios com nações latino-americanas, africanas e uma crescente migração qualificada. Além disso, após o fim da ditadura, o país iniciou políticas para lidar com refugiados e conceder anistia para regularizar imigrantes em situação irregular.

As migrações dos países da América Latina para o Brasil podem ser entendidas através dos movimentos migratórios do MERCOSUL. Essas migrações resultaram em transferências populacionais para metrópoles e outras cidades, atraídas pela localização geográfica e competitividade do mercado, que têm recebido novas indústrias internacionais (Baeninger e Soares, 2009).

Entre os novos fluxos de imigrantes da América Latina para o Brasil, a chegada de bolivianos, especialmente em São Paulo, aumentou consideravelmente a partir de 1980. A maioria desses imigrantes era composta por jovens solteiros de ambos os sexos, com um nível educacional intermediário (Patarra, 2012).

Uma parte significativa dos bolivianos imigrantes no Brasil estava em situação irregular, pois o estatuto do estrangeiro priorizava mão de obra especializada ou empreendedora (Patarra, 2012).

A partir de 2009, foram implementados mecanismos para facilitar a regularização dos imigrantes em situação irregular. O decreto nº 6.893/2009 concedeu anistia aos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009 e estavam residindo aqui de forma irregular

(Patarra, 2012). No mesmo ano, entrou em vigor o acordo de livre trânsito entre os países do MERCOSUL, Chile e Bolívia.

É importante ressaltar as trocas entre o Brasil e países africanos, que são marcadas por acordos multilaterais na área da educação. Entre esses países, destaca-se a boa relação com Angola (Patarra, 2012).

As relações entre o Brasil e Angola remontam ao período colonial e se estreitaram no século XX, tanto em termos culturais quanto diplomáticos. É relevante destacar que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975 (Patarra, 2012).

A partir dos anos 1980, foram estabelecidos diversos tratados de cooperação técnica e cultural entre o Brasil e Angola. Além disso, o estímulo às relações comerciais entre os dois países cresceu após a guerra civil em Angola, em 2002, com o aumento contínuo de empresas brasileiras no país africano. Essas empresas se destacam principalmente nas áreas de construção civil, comércio, indústria, telecomunicações e prestação de serviços (Patarra, 2012).

No que diz respeito à mobilidade estudantil de africanos (as) para o Brasil, os acordos de cooperação educacional desempenham um papel significativo. Entre esses acordos, destacam-se o Programa de Estudante – Convênio Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes – Convênio Pós Graduação (PEC-PG) como os projetos mais importantes para a vinda de estudantes africanos ao Brasil.

Segundo Souza (2017), os maiores contingentes de estudantes africanos (as) nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras vêm de países como Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, Congo, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Benin. Além disso, os programas de convênio não se limitam ao continente africano, mas também abrangem alunos da América Latina, que constituem a maioria, e da Ásia (Souza, 2017, p. 19).

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi estabelecido com o propósito de oferecer apoio aos estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras e regularizar sua permanência no Brasil. Esse programa foi concebido para disponibilizar vagas em instituições de ensino superior (IES) brasileiras para candidatos provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantinha acordos bilaterais de cooperação educacional ou cultural.

Atualmente, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é regido pelo Decreto Presidencial n. 7948, publicado em 2013, o qual garante o acesso a vagas em diversas instituições de ensino superior. Essas vagas são disponibilizadas sem custo de matrícula e sem a exigência de prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No

entanto, os candidatos passam por processos seletivos que envolvem prova de redação e análise do histórico escolar do Ensino Médio (secundário).

Os estudantes que ingressam nas IES brasileiras pelo programa devem estar cientes das normas e regulamentos estabelecidos, comprometendo-se a cumprir as exigências e condições impostas. Para auxiliar nesse processo, o governo brasileiro, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, disponibilizou um manual de orientações aos participantes do programa. Esse manual destaca questões essenciais para a estadia e permanência dos estudantes no Brasil, incluindo informações sobre documentos necessários, aspectos culturais do país e orientações gerais para adaptação.

Um aspecto relevante da imigração no Brasil é a migração qualificada, que ganhou destaque com a crescente inserção do país na economia global. Com essa integração, surgiu uma demanda por profissionais qualificados, conforme observado por Patarra (2012). Nesse contexto, houve um aumento significativo na entrada de imigrantes que possuíam pelo menos um curso superior completo ou incompleto.

Os estudos sobre migração qualificada foram predominantemente orientados pela categoria de análise conhecida como "fuga de cérebros" (brain drain), que destacava principalmente a perda econômica causada pela emigração de recursos humanos qualificados dos países de origem (Pedone; Alfaro, 2018).

A migração qualificada teve seu início no período pós-Segunda Grande Guerra, sendo parte de uma reestruturação da economia mundial dos países "desenvolvidos", que passaram a desenvolver políticas de atração para profissionais e cientistas (Pedone; Alfaro, 2018). A partir da década de 1970, os estudos direcionaram sua atenção para a migração de pessoas qualificadas e formadas nos países do sul para os países do norte. É importante ressaltar a influência dos governos militares nesse processo, os quais contribuíram para o êxodo de uma comunidade acadêmica para o exílio internacional.

Na década de 1980, a crise econômica desencadeada pelo endividamento externo e pelo retrocesso do desenvolvimento industrial impulsionou a saída de profissionais e técnicos para os países do norte. Com a retomada dos governos democráticos, foram implementados programas visando promover o retorno dos exilados, evidenciando a existência de uma comunidade científico-acadêmica que havia adquirido alta formação, experiência laboral e prestígio internacional durante o exílio.

Pedone e Alfaro (2018) destacam que, nos anos 1990, houve uma lacuna na produção acadêmica sobre o tema. No entanto, a partir dos anos 2000, a temática ressurgiu na agenda

política e acadêmica, sendo abordada sob uma perspectiva de Push-Pull e dos postulados da nova economia de migração, que se tornaram tendência dominante.

Frente aos problemas globais decorrentes da crise de 2008, percebe-se uma mudança na tendência dos movimentos regionais da população (PEDONE; ALFARO, 2008). Países como México, Argentina, Brasil, Chile e Equador tornaram-se destinos para novas correntes de migração qualificada. Nesse contexto, conforme afirmam Pedone e Alfaro:

> [...] alguns migrantes latino-americanos que saíram em busca de certificações profissionais regressam para seus países a partir da reestruturação dos sistemas de ciência e tecnologia e da implementação de políticas públicas a partir da atração e repatriação de profissionais no contexto da emergência de governos progressistas durante a década de 2000 (Pedone e Alfaro, 2018, p.3).

Essa modalidade de migração tornou-se crescente diante das demandas impostas por um mercado cada vez mais globalizado. Para o avanço econômico no Brasil, os trabalhadores qualificados eram de suma relevância para a competitividade empresarial na economia mundial (Patarra, 2012). Portanto, a implementação de mecanismos capazes de facilitar a entrada de imigrantes com formação superior completa ou incompleta é de fundamental importância para os países considerados emergentes.

Com o fim da ditadura militar e a transição para a democracia, aliado à virada do século XX para o XXI, o Brasil passou por rápidas e significativas mudanças em suas políticas migratórias, o que reforça e consolida a imagem do país como uma nação receptora de imigrantes (Patarra; Fernandes, 2011). Essa consolidação se evidencia por meio da implementação de novas políticas, decretos e regulamentações, além do aumento da participação dos estrangeiros no país, da concessão de autorizações de trabalho e do apoio às migrações de retorno de brasileiros, entre outras medidas.

Contudo, os imigrantes enfrentam desafios e discriminações, apesar das mudanças nas políticas migratórias. Os fluxos migratórios frequentemente geram inquietações, pois os imigrantes são frequentemente estigmatizados e percebidos como uma ameaça no mercado de trabalho, no acesso aos serviços públicos e até mesmos responsabilizados pelo aumento da violência (Bógus; Fabiano, 2015). Essa percepção distorcida contribui para a resistência do governo e da sociedade em relação à entrada de estrangeiros.

Além disso, no cotidiano do imigrante, uma série de dificuldades decorre da ineficiência dos serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e dos servidores públicos, além do desconhecimento geral da sociedade sobre os direitos de cidadania (Bógus; Fabiano, 2015). E esses não são os únicos problemas enfrentados diariamente pelos imigrantes; para elucidar ainda mais, Bógus e Fabiano destacam o seguinte:

> Existe no Brasil uma proliferação de manifestações ofensivas, racistas e xenófobas dirigidas aos imigrantes e refugiados, seja com ataques à sua integridade física ou por mensagens pelas redes sociais, principalmente destinadas aos negros, africanos e sul americanos. Infelizmente, os imigrantes que sofrem discriminação e preconceito vivem em situação de alta vulnerabilidade e, em muitos casos, sofrem violações de direitos. Devido à sua condição irregular no país, muitos evitam procurar a Polícia, o Ministério Público ou os Consulados por temerem sofrer represálias ainda mais graves. (Bógus; Fabiano, 2015, p. 133).

E as dificuldades dos imigrantes não se encerram nas discriminações em seu cotidiano. Segundo Bógus e Fabiano (2015), analisando dados do IPEA em conjunto com o Ministério do Trabalho em 2015, as maiores dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil são relacionadas ao idioma, à documentação ou à ausência dela, ao acesso à informação e ao mercado de trabalho formal.

Além desses desafios, Silva e Fernandes (2017) complementam com mais alguns, como o acolhimento ou a falta dele. O poder público não acolhe dignamente os imigrantes e refugiados, ficando a cargo da sociedade civil, das igrejas ou de associações de imigrantes.

Com base nos fatos mencionados, com o fim da ditadura militar, com a ascensão da democracia e com a virada do século XX para o XXI, o Brasil passou por rápidas e significativas mudanças nas suas políticas migratórias. Pode-se até dizer que o novo cenário no qual o país se encaixa reforça e sedimenta a imagem de um país de imigração (Patarra; Fernandes, 2011). Essa sedimentação vai se formalizando a partir da constituição de novas políticas, decretos, regulamentações, fixação e ampliação da participação dos estrangeiros no país, além do aumento das autorizações de trabalho e do apoio às migrações de retorno de brasileiros, entre outras medidas.

O exemplo disso, podemos citar as diminuições gradativas sobre a entrada do refugiado. Em 1996, foi desenvolvido o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que tem como principal missão nortear as medidas governamentais em prol da defesa dos direitos humanos. Com relação ao estrangeiro, o PNDH previa a criação de uma legislação para refugiados e a reformulação do Estatuto do Estrangeiro. No mesmo contexto, em 1997, é criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por deliberar sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

Em 2013, foi proposta a nova Lei de Imigração, cuja base começou a ser moldada por meio do projeto de Lei nº 288. Aprovada em maio de 2017, conforme destacado por Claro (2020), a promulgação dessa nova legislação marcou o fim do Estatuto do Estrangeiro. Esse

passo foi considerado crucial, uma vez que o estatuto já se mostrava obsoleto para compreender o fenômeno migratório contemporâneo.

A nova lei de imigração conferiu importância não apenas aos estrangeiros, mas também aos brasileiros emigrantes e até mesmo aos apátridas, que não possuem nacionalidade. Em seus artigos, a legislação reforçou a proteção aos refugiados e asilados. Além disso, destacou-se por garantir os direitos humanos, repudiar e prevenir a xenofobia, e garantir o acesso aos serviços nacionais, como educação, saúde e seguridade social. A lei também promoveu a construção de espaços e cidadanias, assim como a livre circulação de pessoas, entre outras ampliações dos direitos legais (BRASIL, 2017). Apesar de ser considerada moderna e abrangente, sua eficácia depende do diálogo entre as diferentes instâncias sociais para garantir a plena proteção dos direitos estabelecidos.

CAPÍTULO III: EIXOS ANÁLITICOS: IMIGRANTE/ESTRANGEIRO, CAPITAL SOCIAL, REDES E CADEIAS MIGRATÓRIAS; CAPITAL DE MOBILIDADE E HABITUS IMIGRANTE.

Inicialmente, foi abordado no capítulo anterior que o imigrante, ou estrangeiro, enfrenta a exclusão devido à hostilidade que sua presença pode gerar, à ansiedade e insegurança aumentadas pelos habitantes locais, ou à falta das qualidades exigidas pelos grupos estabelecidos nas sociedades onde buscam se inserir. Antes de discutir o associativismo e a vida associativa, é crucial destacar duas questões fundamentais para o imigrante: seu itinerário migratório e o sentimento de solidão. Em seguida, vamos explorar os meios estratégicos e os espaços de solidariedade buscados ou desenvolvidos pelo estrangeiro para facilitar sua jornada e mitigar a solidão.

Após isso, explicaremos o fenômeno do associativismo no contexto migratório. Por conseguinte, apresentaremos os conceitos de capital social, capital de mobilidade e habitus imigrante, além de conceber o debate a respeito das redes e cadeias migratórias.

Após essa etapa, abordaremos o fenômeno do associativismo no contexto migratório. Em seguida, apresentaremos os conceitos de capital social, capital de mobilidade e habitus imigrante, além de discutir sobre as redes e cadeias migratórias.

2.1 O IMIGRANTE E O ESTRANGEIRO.

Uma das características do fenômeno da imigração é que, exceto por algumas situações excepcionais, este contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade (Sayad, 1998). A imigração cria uma situação de dupla contradição: não está claro se é temporária ou permanente. Sayad (1998) argumenta que essa dualidade é característica da condição do imigrante, levando todos a manter a ilusão de um estado que não pode ser definido claramente como temporário ou permanente.

Essa contradição faz com que os envolvidos na imigração aceitem essa ilusão. Primeiramente, o próprio imigrante é o principal interessado em concordar com a ilusão de provisoriedade (Sayad, 1998). Ao se integrarem em uma sociedade hostil, precisam estar convencidos de que sua condição é apenas temporária. Além disso, outro ator que acredita na provisoriedade do imigrante é a própria sociedade receptora.

Segundo Sayad (1998), a sociedade de imigração é aquela que estabelece estatutos para os estrangeiros com o intuito de negar-lhes os direitos de uma presença reconhecida

como permanente. Assim, a presença do estrangeiro em um país de imigração consiste em tratá-lo como provisória, mesmo que sua permanência possa se prolongar indefinidamente. (Sayad, 1998, p.46).

Essa ilusão foi reforçada ao se destacar a importância do imigrante para a economia e demografia. Isso levou à crença de que o imigrante tinha um lugar duradouro, embora fosse marginalizado e ocupasse a base da hierarquia social (Sayad, 1998). No entanto, para garantir esse lugar duradouro, seria necessário obter vantagens, seja por gratidão ou pela defesa dos direitos, sendo que esta última deveria ser conquistada. Consequentemente, com o aumento da imigração para um país receptor, os imigrantes já estabelecidos passaram a reivindicar seus direitos de forma mais incisiva, buscando não apenas direitos parciais como trabalhadores imigrantes, mas uma existência plena.

No entanto, a chegada desses estranhos ao país receptor gera insegurança e incerteza. Segundo Bauman (1999), a presença do estrangeiro é percebida como "perigosa". Com o aumento de estrangeiros nos espaços urbanos, os residentes enfrentam incertezas em suas vidas.

O autor destaca que o estrangeiro é uma fonte constante de ansiedade e agressividade latente que ocasionalmente se manifesta. Bauman (1999) simplifica o estrangeiro como um agente cujas intenções são, no máximo, imagináveis, mas nunca completamente conhecidas. Portanto, o estrangeiro é uma variável desconhecida, visto como um "estranho" com intenções e reações potencialmente diferentes das pessoas comuns e familiares.

Mesmo quando os estrangeiros não agem de maneira agressiva ou explicitamente ofensiva, sua presença causa desconforto e intimidação, tornando imprevisíveis seus comportamentos (Bauman, 1999). No entanto, a coexistência de estrangeiros e residentes urbanos é inevitável, pois a proximidade em espaços urbanos é inegociável. Bauman (1999) argumenta que serão as escolhas que determinarão a facilidade ou dificuldade de convivência entre eles.

Uma dessas escolhas é a mixofobia, conceito apresentado por Bauman, que descreve o medo de se misturar com estranhos. Os indivíduos, por medo, constroem "ilhas" de semelhança e identidade em meio à diversidade. A mixofobia promete um conforto espiritual, mas quanto mais distante do grupo, mais o outro, o estrangeiro, se torna desconhecido e incompreensível.

Outro fator que gera desconforto e ansiedade é a insegurança dos residentes urbanos. A busca por segurança torna-se incessante, levando os moradores com melhores condições

financeiras a pagar para se refugiar em "comunidades muradas", conjuntos habitacionais cercados e com acesso rigidamente controlado (Bauman, 1999).

O sentimento de insegurança é exacerbado pelas incertezas e instabilidades nos empregos, salários, posições e status social, colocando em risco as conquistas alcançadas pelos citadinos. Portanto, para aqueles que têm tudo a perder, a presença de estranhos pode ser vista como uma ameaça.

Além dos sentimentos de insegurança e ansiedade causados pela presença do estrangeiro, Alfred Schutz (2010), em seu ensaio de psicologia social "O Estrangeiro", analisa a típica situação em que ele se encontra ao adentrar em uma nova sociedade. Esforça-se para compreender e interpretar o padrão cultural do grupo social ao qual busca se integrar e se orientar.

Schutz (2010) atribui um novo significado ao termo "estrangeiro", descrevendo-o como um indivíduo de nossa época e civilização que busca ser permanentemente aceito ou ao menos tolerado pelo grupo ao qual se aproxima.

A investigação do estrangeiro a partir de um ponto de vista cultural está relacionada à compreensão de que a cultura se manifesta no senso comum do homem em seu cotidiano, seja dentro de um grupo ou entre seus pares (Schutz, 2010). O termo "padrão cultural" refere-se a todos os valores, instituições, sistemas de orientação e direção, como estilos folclóricos, padrões morais, leis, hábitos, costumes, etiquetas e modismos (Schutz, 2010).

Assim como Alfred Schutz, podemos complementar com Simmel (2005), que a posição do estrangeiro no grupo é essencialmente determinada pela sua falta de pertencimento desde o início e pela ausência das qualidades exigidas pelo grupo. Ele nem sempre é plenamente integrado ao grupo e, quando o é, é dentro de limites estabelecidos. Schutz destaca essa condição limitada dentro do grupo com a seguinte afirmação:

> [...] o estrangeiro não compartilha das suposições das quais foram mencionadas. E do ponto de vista do estrangeiro todos esses valores peculiares passam a ser inquestionáveis para os membros dos grupos o qual ele se aproxima. Do ponto de vista do estrangeiro os grupos dos quais há uma tentativa de aproximação são produtores de histórias peculiares, e essas histórias, mesmo que sejam acessíveis a ele, não foi algo que fez parte integrante da sua biografia, como foi a história do seu grupo de origem (Schutz, 2010, p. 122).

Portanto, mesmo que um recém-chegado demonstre disposição para compartilhar o presente e o futuro com o grupo ao qual se aproxima, como membro desse grupo, ele permanecerá próximo e distante. Essa distância o exclui por não ter compartilhado experiências passadas com os demais membros. Além disso, as experiências ao adentrar um novo ambiente causam estranhamento devido às diferenças em relação ao que ele esperava.

Diante dessas dificuldades, o estrangeiro se vê confrontado com a falta de status como membro pleno do grupo social ao qual está se integrando, tornando-se incapaz de estabelecer um ponto de partida para seguir adiante. Nesse contexto, Schutz afirma o seguinte:

> O padrão cultural e suas receitas representam somente para os membros do grupo interno uma unidade de coincidentes esquemas de interpretações tanto quanto de expressões. Para os de fora, entretanto, está aparente unidade desmorona-se em pedaços. Pois este não pode supor que sua interpretação do novo padrão cultural coincide com o corrente membros dos grupos internos. Ao contrário, ele tem que lidar com as discrepâncias ao ver as coisas e lidar com as situações (Schutz, 2010, p. 124-5).

Somente após um grande esforço em adquirir certo conhecimento interpretativo do novo padrão cultural, o estrangeiro pode começar a incorporá-lo como parte de sua própria expressão. No entanto, mesmo ao fazer esse esforço e adotar esses esquemas, não há garantia objetiva de sucesso. Existe uma probabilidade subjetiva que precisa ser verificada, garantindo que as soluções sugeridas pelo novo esquema produzirão os efeitos desejados para ele como recém-chegado (Schutz, 2010). É importante ressaltar, conforme Schutz (2010), que o padrão cultural não é um refúgio, mas sim um campo de exploração. Não é algo natural, mas sim um tema questionável de investigação. Portanto, o estrangeiro está constantemente questionando o padrão cultural do grupo ao qual se aproxima. Se tiver sucesso, os elementos desse padrão se tornarão naturais para o recém-chegado, um estilo de vida inquestionável, proporcionando-lhe segurança e proteção. Nesse ponto, o estrangeiro não será mais considerado estrangeiro, e seus problemas específicos terão sido resolvidos (Schutz, 2010).

Em síntese, a presença do estrangeiro em um país alheio enfrenta diversos desafios e dificuldades, principalmente ligados à insegurança e à ansiedade que sua presença gera. O medo do estrangeiro leva à criação de práticas segregacionistas na sociedade. Isolado e sem apoio em terra estrangeira, o estrangeiro busca enfrentar esses desafios e superar obstáculos por meio de mecanismos de solidariedade étnico-nacionais e práticas associativas dentro de sua comunidade étnica. O combate ao isolamento social torna-se seu principal objetivo, e ao receber solidariedade da comunidade étnica, o estrangeiro pode estabelecer laços de cooperação, além de buscar mobilidades sociais, culturais e econômicas junto aos seus.

2.2. ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO

O percurso migratório, também conhecido como itinerário migratório, engloba uma série de etapas, ações ou situações enfrentadas por um indivíduo migrante (Trindade, 2010). No início desse processo, geralmente, encontram-se as intenções de partir, acompanhadas por

uma variedade de elementos, como informações sobre os locais de destino, insatisfação com a situação atual, expectativas em relação ao futuro e considerações sobre alternativas antes da decisão final. Após essa fase inicial, observa-se o início dos preparativos para a partida.

Para concretizar a intenção de partir, é preciso seguir uma série de passos que garantam sua realização completa (Trindade, 2010). Isso implica na obtenção dos documentos necessários e na realização de diversas providências relacionadas ao emprego, compromissos assumidos e outras obrigações, sejam elas de natureza familiar, social ou outras (Trindade, 2010).

Após a fase de preparativos, a próxima etapa a ser considerada é a viagem, que representa simbolicamente a ponte entre o local de origem e o destino, conforme aponta Trindade (2010). Essa fase tem passado por mudanças significativas ao longo do tempo, devido às simplificações introduzidas nas novas modalidades de deslocamento (Trindade, 2010).

Ao chegar à sociedade de destino, a fase de instalação geralmente é transitória, embora sua duração possa variar. Durante esse período, o migrante enfrenta uma série de novas situações, e sua capacidade individual é fundamental para superar as dificuldades que inevitavelmente surgem, como destaca Trindade (2010). Nesse processo, o migrante é confrontado com decisões práticas e conflitos emocionais que influenciarão os caminhos a serem tomados durante essa fase (Trindade, 2010).

Após o período de instalação, o migrante entra no processo de fixação, que possui um caráter permanente, conforme explica Trindade (2010). Esse processo pode culminar na escolha de uma instalação definitiva, que não necessariamente exclui a possibilidade de naturalização e não é a única opção disponível (Trindade, 2010).

Por fim, surge a etapa do imaginado regresso à origem, que representa a tentativa de fechar o ciclo migratório. No entanto, como ressalta Trindade (2010), esse regresso pode não se concretizar de forma definitiva, podendo assumir outras formas, como movimentos pendulares entre o local de origem e o de residência atual. Esse retorno ocasional tem sido adotado por muitos migrantes, e as opções relacionadas a essa nova condição estão ligadas aos laços de identificação e às conexões emocionais construídas durante o período de residência no novo local (Trindade, 2010).

Diante dos processos enfrentados pelo migrante ao longo de seu itinerário migratório, das dificuldades e dos conflitos emocionais, uma das batalhas mais importantes é contra o isolamento. Essa luta surge especialmente durante o período de fixação, e o migrante busca

estratégias para enfrentá-la, como a procura por espaços de solidariedade, onde esperam encontrar situações propícias para interação e convivência (Trindade, 2010).

Ao buscar espaços de solidariedade, o migrante almeja estabelecer trocas de impressões e interações sociais continuadas. Essas relações, mesmo que inconscientemente, tendem a ser pautadas em uma comunicação paritária, baseada em valores compartilhados, sejam eles de natureza secular ou religiosa. Para Beatriz Trindade, essa busca resulta na seguinte dinâmica para o migrante:

> O migrante fora da terra, numa que não é a sua, procura combater o isolamento com que se depara e o desgaste emocional causado pela vida no novo ambiente social em que passa a estar inserido, onde naturalmente ocorrem dificuldades de adaptação, através da procura de oportunidades de encontro e de convívio com conterrâneos ou com compatriotas (Trindade, 2010, p.44).

Mesmo em áreas urbanas com dispersão populacional, onde pode ser difícil encontrar uma concentração significativa de pessoas com quem o migrante se identifique, ainda é possível localizar espaços específicos onde os encontros são mais prováveis. Estes incluem igrejas, mercados, bares, cafés, eventos esportivos e outros locais de lazer. Com a repetição desses encontros e convívios, seja de forma individual ou em família, o grupo de pessoas com quem o migrante se conecta pode se ampliar, baseado em qualquer tipo de afinidade. Isso pode eventualmente conduzir a formas mais estruturadas de associação informal, marcadas por graus variados de regularidade temporal, que podem no futuro, se tornar mais estáveis (Trindade, 2010).

Para comunidades de imigrantes que já está há algum tempo em terras estrangeiras, é comum que essas formas de relacionamento organizado evoluam para o que pode ser considerado como associativismo (Trindade, 2010). Essas iniciativas levam à criação de estruturas permanentes, devidamente registradas em órgãos públicos, que possuem estatutos, direção de programas de atuação e um quadro de associados fixos (Trindade, 2010).

Esses mecanismos frequentemente surgem como uma resposta à necessidade de combater o isolamento e as dificuldades emocionais enfrentadas pelos migrantes no país de acolhimento (Trindade, 2010). O associativismo, assim, representa a construção de estruturas baseadas em propósitos compartilhados pelos migrantes que se unem por meio da associação.

As associações de imigrantes são essenciais na dinâmica de integração, constituindo-se principalmente como entidades culturais sem fins lucrativos, que, dentro de suas limitações, procuram exercer a cidadania de forma organizada (Albuquerque, 2008). Essas organizações têm o papel crucial de representar os imigrantes e devem participar ativamente na formulação de políticas que fortaleçam seus direitos (Albuquerque, 2008).

Além de serem importantes fontes de informação e apoio em face da falta de medidas oficiais de integração, as associações desempenham diversas funções, desde a promoção da igualdade e defesa dos direitos dos imigrantes até a organização de atividades esportivas, associações de bairro em áreas de concentração de imigrantes e grupos estudantis (Albuquerque, 2008). Elas também têm o objetivo de preservar e fortalecer as identidades dos grupos imigrantes aos quais servem, seja por meio da recriação ou da resistência cultural, segundo Trindade:

> As associações de migrantes internacionais têm constituído, desde sempre, um poderoso instrumento de manutenção e de reforço da identidade das comunidades de estrangeiros que se encontram fixadas fora do seu país e constituem veículo apropriado para ultrapassar o isolamento que estes possam experimentar (Trindade, 2010, p.48).

Lüchmann (2014) destaca que os impactos das associações na vida social podem ser avaliados por diversos enfoques analíticos. Esses enfoques incluem a influência do grupo e das associações no processo de socialização dos indivíduos, na promoção das potencialidades para a reprodução, integração ou transformação social, bem como sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover estruturas de pertencimento e identidade cultural, entre outros aspectos.

Além de ser reconhecido pelas virtudes e pelo cultivo ao desenvolvimento das faculdades cívicas dos associados, o que é considerado crucial para uma sociedade democrática, as associações exercem um impacto profundo na vida de cada membro associado. Segundo Lüchmann (2014), essa virtude democrática das associações gera um sentimento de cooperação, confiança, comunicação e espírito público entre os membros, o que beneficia os indivíduos que acessam esses recursos sociais constituídos pela via associativa.

2.3. ABORDAGEM SOBRE CAPITAL SOCIAL, HABITUS IMIGRANTE E CAPITAL DE MOBILIDADE.

O conceito de capital social e sua aplicação têm sido amplamente difundidos nas linhas de análise no contexto atual das ciências sociais. Uma sociedade que possui redes de confiança e solidariedade tende a produzir instituições sólidas, sejam elas governamentais ou não. Pierre Bourdieu é uma referência fundamental nessa abordagem interpretativa do conceito. Em seus estudos, Bourdieu (2007) destaca o capital social como um conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos

institucionalizadas, de interconhecimento e inter-reconhecimento entre os membros de um grupo.

Nessas redes duráveis de relações, é possível observar que os agentes compartilham propriedades comuns e estão unidos por vínculos permanentes e úteis (Bourdieu, 2007). Essas conexões não se limitam às relações objetivas de proximidade no espaço físico, econômico e social, pois são fundamentadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas.

O volume de capital social que cada membro associado possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um dos membros da rede (Bourdieu, 2007).

O lucro derivado do pertencimento a um grupo está na base da solidariedade que torna essa pertença possível (Bourdieu, 2007). Para isso, é essencial que o grupo realize um trabalho eficaz de estabelecimento e manutenção, produzindo e reproduzindo relações duradouras e proveitosas, capazes de gerar lucros tanto materiais quanto simbólicos. Nas palavras do autor:

> [...] a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente e inconsciente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou a longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo parentesco, em relação ao mesmo tempo, necessariamente eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). (bourdieu, 2007, p. 68).

O fortalecimento dessa rede de relações duradouras será potencializado pelo sentimento de solidariedade, aliado à dinâmica das trocas. Segundo Bourdieu (2007), cada intercâmbio transformara-se em um símbolo de reconhecimento, promovendo, assim, uma coesão baseada no reconhecimento mútuo e na inclusão do grupo.

Além das observações de Bourdieu, as contribuições de Robert Putnam (1993) oferecem uma compreensão mais ampla do conceito de capital social, que abrange aspectos da organização social, como redes, normas e confiança, facilitando a coordenação e a cooperação em prol de benefícios mútuos. Putnam argumenta que o capital social amplia os benefícios do capital físico e humano (Putnam, 1993).

Ao adotar a participação cívica como indicador, Putnam (1993) observa que o capital social está correlacionado com a presença de associações civis nas regiões mais cívicas da Itália. Ele destaca que a vida associativa desempenha um papel crucial na estabilidade de um governo democrático, tanto interna quanto externamente (Putnam, 1996).

Internamente, o associativismo promove entre seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e senso de responsabilidade comum para empreendimentos coletivos. Externamente, a articulação e agregação de interesses são intensificadas por meio de uma densa rede de associações.

Além dos conceitos abordados sobre capital social por Bourdieu e Putnam, é importante acrescentar os conceitos de Habitus Migrantes[5] e Capital de Mobilidade[6], derivados da Teoria da Prática proposta por Pierre Bourdieu, como apontam Márcio de Oliveira e Fernando Kulaitis (2017).

Esses autores destacam a existência de habitus compatíveis com o ato de migrar e a constituição de um capital, na forma de conhecimento ou recursos necessários à migração (Oliveira; Kulaitis, 2017). Isso inclui elementos como passaporte, proficiência linguística, redes de apoio e acolhimento, entre outros (Oliveira; Kulaitis, 2017).

Inicialmente, Oliveira e Kulaitis (2017) ressaltam que o capital de mobilidade é transmissível, o que significa que ser proveniente de uma família de migrantes bem-sucedidos facilita o acesso a informações e oportunidades de emprego para outros membros (Oliveira; Kulaitis, 2017).

A partir dessa premissa, Oliveira e Kulaitis (2017) observam que crescer em um ambiente de migrantes deixa marcas nos indivíduos, imbuindo-os de novas disposições, incluindo o habitus imigrante. Assim, os conhecimentos necessários para realizar uma migração são facilmente transmitidos, e essas aprendizagens podem se transformar em capital de mobilidade, como quando se obtém um novo passaporte (Oliveira; Kulaitis, 2017). É nessa relação de via dupla entre habitus imigrante e capital de mobilidade que os autores desenvolvem sua hipótese.

Segundo Oliveira e Kulaitis (2017), as experiências de migrações individuais, familiares ou conhecidas, internalizadas ao longo do tempo, geram novos habitus que, por sua vez, influenciam e promovem novas migrações. Quanto mais bem-sucedidas forem essas experiências e quanto mais informações forem acumuladas, maior será a disposição para novas migrações (Oliveira; Kulaitis, 2017).

Em suma, o habitus imigrante é definido pelos autores como "o conjunto de disposições adquiridas que funcionam como princípio gerador de representações e práticas

[5] Bourdieu (2008) definiu habitus como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que funcionam como princípios geradores e organizadores das representações e das práticas dos agentes.

[6] O conceito de Capital é entendido por Bourdieu (2008) para além de como posse de bens materiais, o autor, estendeu-o para conjuntos de bens simbólicos, tanto sob forma de conhecimento adquirido, e chancelados por diplomas (capital escolar), quando sob a forma de objetos culturais, criando assim o conceito de capital cultural (BOURDIEU, 2008).

migratórias" (Oliveira; Kulaitis, 2017), originando-se das experiências migratórias pessoais ou vivenciadas dentro do grupo étnico e familiar. Esse tipo de habitus, o habitus migrante, atua como fonte de inspiração e facilitador dos percursos migratórios (Oliveira; Kulaitis, 2017).

O capital de mobilidade, segundo os autores, pode ser entendido como um "conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresentam sob a forma de conhecimentos migratórios" (Oliveira; Kulaitis, 2017). Esses conhecimentos incluem formalidades administrativas, procedimentos de viagens, idiomas, costumes e documentos como cartas de estadia, passaporte ou contatos de trabalho, adquiridos pelo indivíduo por meio de suas próprias experiências ou de pessoas próximas (Oliveira; Kualitis, 2017).

Além disso, Oliveira e Kulaitis (2017) acrescentam que o capital de mobilidade tem dimensões político-jurídicas quando os indivíduos adquirem outras nacionalidades ou novos status de cidadania, o que se reflete em sua capacidade individual de integração, empregabilidade, mobilidade e migração (Oliveira; Kualitis, 2017).

2.4. ABORDAGEM SOBRE REDES, CADEIAS EM PROCESSOS MIGRATÓRIOS

No início, o fenômeno das cadeias migratórias e redes sociais era central na literatura sobre experiência migratória. Originado por pesquisadores australianos por volta de 1960, o termo foi inicialmente definido como um movimento no qual migrantes em potencial tomavam conhecimento de oportunidades de trabalho disponíveis (Macdonald; Macdonald, 1964, p. 82, apud Truzzi, 2008, p.202).

Posteriormente, Baily (1985, p. 47), Apud Truzzi (2008, p. 202), definiu as cadeias migratórias como "contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias, amigos e conterrâneos de uma mesma aldeia em ambas as sociedades emissoras e receptoras".

Ao empregar a expressão "redes migratórias", Massey (1988, p. 396), citado por Truzzi (2008, p. 203), as definiu como "complexos laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade". Kelly (1995, p. 219), também acrescenta outra definição, enfatizando algumas funções sociais das redes, definindo-as como "agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos".

Em resumo, para Truzzi (2008), os termos "cadeias" e "redes" destacam as circunstâncias que levaram muitos a decidirem emigrar após obterem informações prévias

sobre oportunidades e dificuldades com imigrantes anteriores, seja por correspondência, quando retornavam, ou através de redes sociais mais amplas. Essas informações poderiam incluir perspectivas de emprego, acomodação inicial e recursos financeiros para financiar a viagem (Truzzi, 2008).

No que diz respeito aos recursos para a viagem, Truzzi (2008) observa que, no contexto das cadeias migratórias, em muitos casos, o próprio contato no país de destino poderia facilitar parcial ou integralmente o financiamento da jornada do potencial emigrante. Este contato poderia ser um parente ou conhecido já estabelecido na região de destino, que buscava persuadir os indivíduos a emigrar.

No âmbito da disseminação da informação, Truzzi (2008) destaca que é fundamental compreender como ela é transmitida. As informações geralmente são compartilhadas por meio de redes, variando amplamente em sua extensão. Existem redes informativas que se limitam a círculos familiares, outras que alcançam toda uma aldeia e aquelas de maior amplitude, que exercem influência sobre uma microrregião (Truzzi, 2008).

Contudo, o aspecto crucial para decidir sobre a veracidade das informações relacionadas à emigração é a confiança depositada nelas. Nesse sentido, as relações primárias, como as informações provenientes de familiares ou vizinhos, tendem a ser mais valorizadas do que panfletos ou propagandas. Os contatos pessoais ganham importância por serem considerados mais confiáveis do que informações impessoais (Truzzi, 2008).

A presença das redes desempenha um papel estratégico no processo de emigração, uma vez que é essencial que existam laços sociais valorizados não apenas na sociedade de origem, mas também na sociedade de destino. Surge, então, o valor estratégico dos vínculos comunitários durante o período de integração à nova sociedade, o que é frequentemente avaliado por indicadores como padrões de residência, ocupação, casamento e participação em associações étnicas (Truzzi, 2008).

As cadeias e redes são poderosos instrumentos para explicar por que determinados locais de destino estão fortemente ligados a determinadas regiões de origem dos imigrantes (Truzzi, 2008). A noção de redes é crucial para compreender as migrações, priorizando as relações entre indivíduos em vez de seus atributos (Truzzi, 2008).

No Brasil, a ideia de redes ou de solidariedade étnica, embora com diferentes enfoques e denominações, é amplamente explorada nos estudos sobre imigração, como observado pelos autores (Goes; Souza; Ennes, 2020). De maneira geral, podemos entender a solidariedade

étnica como um mecanismo que promove o senso de pertencimento por meio de atividades econômicas, culturais, religiosas ou políticas (Goes; Souza; Ennes, 2020).

Pesquisas consideradas referências no campo dos estudos migratórios, como as realizadas por Durham (1966), Seyferth (1999a, 1999b) e Cardoso (1972), atribuem grande importância a essa noção (Goes; Souza; Ennes, 2020). Goes, Souza e Ennes (2020), que ilustra o mecanismo de solidariedade étnica, denominado pela autora como "colônia", a partir das particularidades da família japonesa e dos processos sociais desse grupo no Brasil. Nesse estudo, o processo de mobilidade é explicado principalmente por elementos étnicos e nacionais.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS

3.1. ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL E NA UNILAB

A saída do país de origem em busca de qualificação profissional representa um tipo específico de deslocamento territorial: a migração com fins de estudos. A partir do Pacto Global da Migração da ONU, realizado em 2018, foram incluídas diferentes modalidades de movimentos migratórios, entre elas, a migração estudantil (Baeninger, 2018).

No Brasil, a Lei nº 13.445/2017 estabelece a concessão de vistos temporários para fins de estudos. Esse tipo de visto condiciona a permanência dos estudantes imigrantes no país a uma condição temporária. Dessa forma, quando os estudantes imigrantes entram no Brasil com o visto temporário, está envolvida em migrações temporárias, uma designação que melhor define esse tipo de deslocamento territorial. Segundo Maria Beatriz Rocha Trindade (1995, p.44), Apud por Subuhana e Impanta (2016), as migrações temporárias referem-se a deslocamentos que têm uma estadia inicialmente limitada no tempo, com uma situação singular sendo a dos estudantes. Esses estudantes, em países estrangeiros, buscam adquirir certas qualificações, especialmente em programas de ensino superior de graduação e pós-graduação de longa duração.

Em consequência disso, o Brasil tem se destacado como um polo crucial para a formação acadêmica de estudantes africanos, particularmente aqueles provenientes de países de língua oficial portuguesa, tais como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (Silva, 2020).

Segundo Tcham (2012) a presença dos estudantes africanos no Brasil é resultado de acordos estabelecidos entre o Brasil e os países africanos. Além disso, Tcham (2012, p. 2) destaca que essa circulação de estudantes é embasada em acordos de natureza acadêmica e cultural.

Dentro do contexto dos acordos acadêmicos, um destaque foi dado à presença de estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/CE). Conforme ressaltado por Silva (2020), a UNILAB/CE tem como propósito facilitar a cooperação solidária entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos.

Adicionalmente, conforme mencionado por Silva (2019), esses acordos surgiram durante períodos de mudanças políticas no governo de Lula (2003-2010), com um enfoque particular em cooperações Sul-Sul, fundamentadas nos princípios de solidariedade.

Em 2008, o governo federal brasileiro anunciou sua intenção de implementar uma política de internacionalização ativa e ambiciosa, com o objetivo de atrair acadêmicos internacionais e promover uma abordagem contrária à hegemonia, como destacado por Subuhana e Impanta (2016).

Com base nesse propósito, foram estabelecidas três universidades públicas federais: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal da Integração Amazônica Continental (UNIAM) e a Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB). Todas essas instituições possuem uma natureza supranacional e estão comprometidas com a promoção da integração regional e inclusão social por meio do compartilhamento de conhecimento e cooperação solidária, conforme destacado por Subuhana e Impanta (2016).

Com destaque para a Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e com campi no Ceará e na Bahia, é evidente que várias políticas públicas relacionadas ao ensino superior têm sido estratégicas tanto para o Brasil quanto para a comunidade internacional, como afirmado por Subuhana e Impanta (2016). Entre essas políticas, destacam-se iniciativas voltadas para a formação de recursos humanos, com foco na interiorização e democratização do acesso, além da integração internacional por meio da educação superior.

Nesse contexto, a UNILAB, conforme afirmado por Subuhana e Impanta (2016), está fundamentada em um projeto político-pedagógico inovador, com forte compromisso social e ambiental. Assim, a universidade se configura como um importante promotor do desenvolvimento regional e do intercâmbio cultural, científico e educacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A UNILAB prioriza temas de interesse comum em áreas estratégicas para o desenvolvimento e integração desses países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). A instituição trabalha ativamente na cooperação internacional, estabelecendo programas de intercâmbio acadêmico e solidário com seus parceiros.

Quanto aos dados quantitativos gerais de estudantes da UNILAB, conforme apresentados na tabela 4 por nacionalidade, são destacadas as quantidades de estudantes de graduação e pós-graduação presencial.

TABELA 4: DADOS QUANTITATIVOS GERAL DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE ESTUDANTES DA UNILAB (CE)

PAÍSES	N.	(%)

ANGOLA	285	7,3%
BRASIL	3009	76,8%
CABO VERDE	39	1,0%
GUINÉ BISSAU	493	12,6%
MOÇAMBIQUE	42	1,1%
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	43	1,1%
TIMOR LESTE	7	0,2%
TOTAL GERAL	3918	100%

Fonte: Diretoria de Registros e Controle Acadêmico

Observa-se nos dados quantitativos gerais da graduação e da pós-graduação presencial que o total de estudantes é de 3.918, representando 100% do corpo discente. Dessa totalidade, 76,8% são estudantes brasileiros, enquanto 12,6% são provenientes da Guiné-Bissau, 7,3% de Angola, 1,0% de Cabo Verde, e 1,1% cada um de Moçambique e São Tomé e Príncipe. Já Timor-Leste corresponde a 0,2% do total de estudantes. Considerando os estudantes estrangeiros em geral, sua presença totaliza 23,2% do corpo discente. Além disso, embora a presença de estudantes do Sudeste Asiático na UNILAB não seja expressiva em comparação com outros grupos, ela também faz parte desse fenômeno de mobilidade estudantil na instituição.

A presença dos estudantes africanos no Brasil tem sido analisada no contexto das transformações econômicas e sociais em curso (Subuhana; Impanta, 2016). Essa migração estudantil africana também suscita debates sobre a construção da identidade negra e as experiências coletivas na integração política e cultural da diáspora africana (Gilroy, 2001)

Haesbaert (2009) e Souza (2018) destacam aspectos importantes a considerar na condição do migrante, como os fenômenos de desterritorialização e reterritorialização, criticando a ideia de que os migrantes são sujeitos "desterritorializados" que perdem sua identidade.

Por outro lado, a continuidade desse processo de territorialização e a resistência à perda da identidade africana são fortalecidas pela construção de redes sociais de apoio. Essas redes estabelecem critérios de aproximação baseados na língua, no continente e, principalmente, no país de origem. De acordo com Souza (2018), a presença dessas redes fortalece os laços entre colegas, familiares e amigos. Para as comunidades estudantis que se mobilizam, essas redes proporcionam integração à comunidade anfitriã. Nesse sentido, Francisco (2019) e Souza (2018), afirma que as redes representam uma experiência positiva, oferecendo suporte aos recém-chegados.

3.2. NOTA METODOLÓGICA

É fundamental destacar que a pesquisa sobre as associações de estudantes africanos em Redenção, no Ceará, foi realizada por meio de um método de pesquisa qualitativa utilizando a Etnografia Virtual.

O emprego da pesquisa qualitativa é justificado como uma abordagem adequada para estudar os fenômenos sociais complexos envolvendo seres humanos, uma vez que não se baseia em números exatos e está sujeita a interpretações.

Rodrigues (2006) define pesquisa qualitativa como aquela que não utiliza procedimentos estatísticos em sua abordagem, sendo útil para investigar problemas de pesquisa cuja complexidade não pode ser totalmente capturada por métodos estatísticos.

Além disso, o método etnográfico, consagrado na Antropologia, é utilizado para estudar a cultura e os grupos sociais, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências humanas.

Com o advento da internet, surgiu o ciberespaço, um novo campo de convivência humana, e os olhares etnográficos se voltaram para ele. A Etnografia Virtual tornou-se popular nos anos 1990, reconhecendo o ciberespaço como um espaço de interações sociais significativas.

No contexto da pesquisa, foram observadas as associações de estudantes africanos através das redes sociais Facebook. A observação e o mapeamento dos estudantes ocorreram de durante o mês de fevereiro de 2021.

Após o mapeamento de página por página de associações de estudantes estrangeiros, prossegui com a pesquisa realizando cinco pedidos de amizade para os membros e cinco para os presidentes ou representantes de cada associação. Contudo, houve a recusa da maioria dos convites. Ocorreu apenas a aceitação de um membro associado da AEGU e o contato do presidente da AECVU.

Devido à falta de intimidade inicial, a aproximação com os estudantes aconteceu gradualmente. Ao expressar minha gratidão por terem aceitado meu convite, nas primeiras conversas, pude mencionar que também era acadêmico e que estava interessado em pesquisar sobre as associações dos estudantes africanos na UNILAB. Logo percebi o interesse deles em ouvir mais sobre minha pesquisa e em contribuir com ela.

Ao mencionar sobre o campo, é importante considerar alguns fatores. Dois em particular tornaram minha ida à UNILAB/CE inviável. Primeiramente, as limitações econômicas: eu não possuía os meios nem as condições necessárias para conduzir a pesquisa

presencialmente. Diante disso, o uso das redes sociais, especialmente o Facebook, como mencionado anteriormente, revelou-se de extrema importância para lidar com essas limitações financeiras e a distância entre o entrevistado e o pesquisador.

O segundo motivo está relacionado à pandemia. Durante esse período, desenvolvi diversas preocupações com minha saúde e a de meus avós, com quem morava na época. Essas preocupações resultaram em inúmeras paranoias, afetando minha disposição para sair e realizar o trabalho de campo.

A necessidade de quarentena e isolamento social me aproximou ainda mais das redes sociais, pois estas se tornaram uma das poucas formas de contato com o mundo externo. Por esses motivos optei por conduzir toda a minha pesquisa através das redes sociais. Foi lamentável não poder realizar o trabalho de campo presencialmente, porém, ainda que de maneira virtual, não fui privado da oportunidade de captar as emoções, percepções e até mesmo insatisfações dos participantes. Os entrevistados revelaram-se de maneira significativa, expondo suas inseguranças e aspectos relacionados à comunidade associativa. Nesse sentido também obtive ganhos ao estabelecer uma rede sólida com meus informantes, mesmo que de forma virtual.

Inicialmente, o primeiro membro a quem perguntei sobre a possibilidade de entrevista e aplicação de formulário foi o representante da associação AEGU. No entanto, ele não tinha disponibilidade em fevereiro devido aos preparativos para seu casamento. Assim, sua participação só foi confirmada após a metade de março, enquanto não participava da pesquisa, eu solicitei a divulgação do meu trabalho e o mesmo confirmou que assim faria divulgaria.

O segundo membro da associação era o presidente da AECVU. Ao mencionar a pesquisa, ele já estava ciente, pois o membro associado da AEGU havia divulgado entre seus colegas enquanto não podia conceder a entrevista.

No entanto, o presidente da AECVU só estaria disponível a partir de março, devido ao final agitado do período acadêmico. Foi somente em 11 de março de 2021 que realizei a primeira entrevista e apliquei o formulário semiestruturado. A entrevista ocorreu através de uma chamada pelo próprio *Facebook*. Um ponto importante a ser destacado é que solicitei a permissão para gravar cada uma das entrevistas para fins científicos, e todos os entrevistados confirmaram essa permissão. Todos os diálogos foram gravados via celular, pois não utilizei nenhum software de gravação de voz, pois desconhecia sua existência.

Esse é o principal motivo pelo qual o áudio das entrevistas ficou baixo. Além disso, durante a primeira entrevista, outro detalhe que vale mencionar é que o som dos carros influenciou na redução da qualidade do áudio, uma vez que eu estava morando em frente a

uma avenida movimentada. Ademais, a primeira entrevista foi efetivada sem grandes interferências.

Após a primeira entrevista, utilizei a técnica da "bola de neve" para obter mais contatos visando futuras entrevistas. Imediatamente, o presidente da AECVU me forneceu o contato do secretário executivo da AEAU. No entanto, esse membro só conseguiu encontrar tempo para ser entrevistado no final do mês de março, tornando-se assim o último a ser entrevistado.

A segunda entrevista ocorreu com o membro associado da AEGU no dia 17 de março. Conforme combinado, logo após o casamento e a lua de mel, pude entrevistá-lo. Durante a entrevista, ocorreram duas interrupções. Primeiramente, recebi a visita da minha irmã, o que me obrigou a deixá-lo aguardando enquanto eu abria o portão para ela. Além disso, a conexão com a internet caiu tanto na metade quanto no final da entrevista, representando a segunda intercorrência durante o processo.

A terceira e última entrevista ocorreu com o secretário executivo da AEAU no dia 28 de março de 2021. Curiosamente, a única interferência na pesquisa aconteceu devido a um colega de quarto do entrevistado, que começou a cantar. No entanto, o entrevistado interrompeu prontamente essa interferência, permitindo que a entrevista continuasse sem maiores atrasos.

Diante do exposto, foram realizadas três entrevistas via rede social, cada uma com algumas interferências, no entanto, nenhuma delas foi grave o suficiente para interromper a pesquisa por completo.

3.3. ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB/CE

Na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cada nacionalidade africana representada na instituição possui sua própria associação estudantil, conforme destacado por Silva (2020). Entre estas, incluem-se a Associação de Estudantes Guineenses da Unilab (AEGU), Associação de Estudantes Angolanos na Unilab (AEAU), Associação de Estudantes Cabo-verdianos na Unilab (AECVU), Associação de Estudantes Moçambicanos na Unilab (AEMU) e Associação de São Tomé e Príncipe na Unilab (ASTPU).

No contexto migratório, especialmente na mobilidade estudantil, essas associações assumem um papel significativo como redes de solidariedade étnica, conforme discutido por Goes, Souza e Ennes (2020). A solidariedade étnica é fundamental para a construção de um

sentimento de pertencimento, manifestando-se em atividades culturais, econômicas, religiosas, sociais e políticas.

Além de promoverem a difusão e divulgação das culturas de seus países de origem, as associações de estudantes africanos, conforme apontado por Silva (2020) eles lidam com questões tanto internas quanto externas à universidade. Elas organizam atividades acadêmicas e culturais, e também se envolvem em assuntos administrativos e sociais da instituição.

Quando indagadas sobre seus objetivos, as associações forneceram as seguintes respostas:

> Primeiramente, os objetivos principais são acompanhar, ou seja, criar uma associação em torno dos estudantes para resolução dos problemas, os problemas são resolvidos entre associação e embaixada e a da embaixada a universidade. Ou vice e versa. Uns dos grandes objetivos é manter um grau de irmandade entre os associados e fazer com que todos sintam-se no mesmo nível de sociabilidade e de resolver os problemas unidos, então a gente tenta acompanhar esses estudantes e todos quando tiverem problemas precisa ser solucionado por nós e as instâncias superiores (SECRETÁRIO EXECUTIVO – AEAU).

A partir do relato acima, percebemos que um dos principais objetivos das associações é atuar como representantes, visando resolver as dificuldades e problemas enfrentados pelos estudantes. Além da representatividade, buscam promover a união entre os membros, conforme mencionado no relato, com o intuito de cultivar um senso de fraternidade e garantir que todos se sintam igualmente incluídos e capazes de resolver problemas juntos. Essa busca pela coesão reflete a presença do Capital Social, conforme descrito por Putnam (1993), evidenciando que a promoção da união entre os membros estimula a participação cívica e incentiva a cooperação.

Além disso, o presidente da AECVU destacou outros objetivos, incluindo:

> E também têm a finalidade de cooperar com todos os organismos estudantis, tanto nacionais como estrangeiros, cujos princípios não contraem com os princípios do estatuto, porque todas as nossas ações são baseadas no estatuto aprovado pela assembleia. E, também, de facilitar a interação e integração acadêmica dos estudantes que acabam de chegar. Também temos o objetivo de promover ações de preservação dos valores cabo-verdianos através de iniciativas de atividades culturais, mostrar a cultura de Cabo Verde, as riquezas e as particularidades de nosso país. E, também, de atuar junto à nossa universidade e de acompanhar as políticas de incentivos das atividades culturais da universidade. Organizar eventos acadêmicos, recreativos, culturais, religiosos, atividades que aproximam e aumentam a convivência dos estudantes (PRESIDENTE DA AECVU).

No segundo relato sobre os objetivos das associações, percebe-se a busca pela cooperação entre as comunidades estrangeiras e nacionais. Além disso, há evidências de uma organização estruturada nas associações, com hierarquia entre os membros e a adoção de

estatutos. Essa estruturação facilita a integração dos estudantes recém-chegados, promovendo inclusão e incentivando sua participação no ambiente acadêmico.

Outro aspecto ressaltado no relato é a preservação dos valores culturais, juntamente com a apresentação da cultura e riquezas dos países de origem. Como observado por Silva (2020), os estudantes africanos da Unilab/CE buscam recriar traços simbólicos pertencentes às suas origens. Essa valorização da cultura é essencial para os imigrantes, como destacado por Cuche (1999), pois os sinais exteriores, como práticas alimentares, religiosas e sociais, permitem que se identifiquem com suas raízes e compreendam seu lugar no mundo.

Ainda em consonância com o argumento anterior sobre a promoção da cultura e a preservação de seus valores, Trindade (2010) acrescenta que as festas dos migrantes servem como uma oportunidade para reviver os lugares de origem durante sua preparação e realização. Além das festividades, os valores culturais são difundidos por meio de uma variedade de eventos, buscando apresentar ao público um pouco da história e dos costumes praticados por eles e seus familiares em seus países de origem (Silva, 2020).

Em seguida, ampliei a discussão sobre a cultura na segunda pergunta, indagando sobre a existência de dificuldades na divulgação cultural dentro e fora do ambiente acadêmico. As respostas obtidas foram as seguintes:

> De certa forma, a universidade tenta procurar formas de apoiar. Dentro da universidade temos uma pró-reitoria de cultura e extensão. Sempre tivemos apoio da Proex em questão de materiais, caixa de som, logística, microfones, cadeiras, temos esse apoio da universidade. Em questão de parceria para certificados. Com a pandemia tivemos que nos adaptar para um novo cenário, passamos a realizar eventos online, por exemplo ano passado a nossa atividade que sempre realizamos de forma presencial, realizamos de forma online. E, também, a universidade ajuda em questões de espaço, por exemplo: auditório, sala de reunião. E, também, em questão de apoio dentro da universidade que todos os anos realiza uma semana da cultura, não só internacional, como indígenas, quilombolas. Todos os anos as associações se reúnem para realizar a semana africana, disponibilizando espaço, equipamentos e um dos maiores apoiadores é a universidade. Um dos únicos apoios que temos é a própria universidade. (Presidente –AECVU).

No primeiro caso, percebe-se a relevância que a universidade e alguns órgãos têm ao apoiar a divulgação das culturas dentro do ambiente acadêmico, destacando-se como um suporte fundamental para as associações. De acordo com Silva (2020), essas celebrações são realizadas com o respaldo não apenas das associações, mas também de diversas pró-reitorias da Unilab. Estas incluem a Reitoria de Extensão, Arte e Cultura, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE) e a Pró-Reitoria de Relações Institucionais (PROINST);

Outro aspecto relevante é que, devido à pandemia, a disseminação da cultura precisou ser adaptada para os espaços e plataformas virtuais. Nesse sentido, eventos como os de comemoração da independência, práticas festivas tradicionais de cada país e a Semana da África foram realizados de maneira virtual, visando evitar a propagação do coronavírus e conscientizar as comunidades, em conformidade com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No segundo relato, reafirma-se o papel e a importância da Unilab/CE na promoção da cultura dos imigrantes e de suas associações. Entretanto, é acrescentada uma resistência externa a ela, conforme relatado:

> Há uma resistência fora da universidade, porque na universidade, por ser uma universidade de integração, então há uma interculturalidade entre os países que nela estão inseridas, cada país tem dias especiais para realizar dias culturais e Angola não foge dessa, só que quando você ver uma atividade que é tirada de dentro pra fora, há uma resistência de querer ser aceitado, mas as vezes aparece alguns por curiosidade em querer aprender a cultura africana e é proveitoso, pois conseguimos distinguir o continente africano dos pais Angolano, eles passam a compreender de forma diferente (SECRETÁRIO EXECUTIVO – AEAU).

Diante do exposto, observa-se uma resistência em aceitar a disseminação da cultura das comunidades africanas fora do ambiente acadêmico. Isso sugere uma dificuldade na operação externa à universidade, principalmente no que diz respeito à promoção cultural, com algumas exceções destacadas de indivíduos curiosos interessados em aprender. Segundo o entrevistado, essa curiosidade é benéfica, pois ajuda a diferenciar o continente africano dos países individuais.

Com base nisso, busquei compreender quais foram as dificuldades encontradas ao longo da experiência associativa e no funcionamento das associações. Em resposta à pergunta, destacam-se:

> Uma das maiores dificuldades que enfrentamos são problemas financeiros porque é sem fins lucrativos. A pandemia chegou e não tínhamos nenhum fundo financeiro capaz de ajudar, nem com cesta básica ou máscaras. Por isso nós fizemos uma cota para quem é associado e a partir dessa cota fazemos as iniciativas, mas nem sempre chega e muitas vezes temos que buscar de outras formas os nossos recursos financeiros. (PRESIDENTE - AECVU)

Além das dificuldades financeiras destacadas anteriormente, reforçadas pelo membro associado da AEGU, observa-se uma expansão desses desafios para os alunos, como mencionado: "as dificuldades são as financeiras, esse aspecto tanto se agrega ao estudante, quanto para associação".

Para o secretário executivo, as dificuldades para o funcionamento da associação e para uma vida associativa vão além das questões financeiras e incluem:

> A gente entende que os grandes problemas que nos aflige são as questões de documentos, como sabemos, estamos em um Estado que não possui representantes de Angola, e nada de consulado, para tratarmos os documentos temos que saímos daqui para outros Estados, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e isso para nós que temos dificuldades econômicas torna-se muito difícil e uns dos objetivos é trazer a embaixada para aqui para então resolver esses problemas que eu considero principais dos problemas. (SECRETÁRIO EXECUTIVO – AEAU).

As dificuldades para este membro estão centradas nas questões documentais, exacerbadas pela ausência de uma embaixada no Estado. Resolver as burocracias relacionadas aos documentos torna-se ainda mais desafiador devido à falta de recursos econômicos. O entrevistado da AEAU expressa sua frustração, afirmando: "faço duras críticas à embaixada que não nos dá atenção. Nosso governo deveria nos apoiar, pois enfrentamos enormes dificuldades". Essa negligência provoca um sentimento de abandono entre os estudantes.

A partir desse relato, observa-se a aplicação do conceito de capital de mobilidade. Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas, há uma busca pela regularização documental, especialmente a renovação do visto temporário, tanto para os imigrantes já inseridos na UNILAB quanto para os novos que buscam ingressar na instituição. Esse processo de regularização requer conhecimentos migratórios, exemplificando como o capital de mobilidade se manifesta (oliveira; Kualitis, 2017).

Para compreender se as associações estudantis enfrentam conflitos com outras associações de estudantes estrangeiros ou com a comunidade de estudantes brasileiros na Unilab, foram obtidas as seguintes respostas:

> A gente tenta neutralizar qualquer tipo de conflito com os estrangeiros ou brasileiros, a gente sempre procura ter pautas coletivas, somos africanos e internacionais, então não vale a pena ter conflitos. Nós temos uma entidade que se chama fórum dos estrangeiros, uma entidade que conecta todas as associações. (PRESIDENTE – AECVU).

No primeiro relato, foi enfatizada a ideia de neutralização dos conflitos, tanto entre as comunidades africanas quanto entre elas e a comunidade brasileira, buscando priorizar pautas coletivas que promovam a união em vez do conflito. No entanto, as palavras do secretário executivo da AEAU destacam o seguinte:

> Na verdade, conflitos culturais é um tanto complexo, não diria muito bem em termos culturais, mas quer dizer que as relações sociais não são tão boas entre as comunidades aqui, mas nós quando entramos, temos buscar relações sociais com as outras associações e que tem surtido efeito. (SECRETÁRIO EXECUTIVO – AEAU).

Com relação aos conflitos, existe uma constatação de sua existência entre as comunidades africanas e brasileiras, conforme afirmado na entrevista, porém esses conflitos não são de natureza

cultural, mas sim social. No entanto, quando os estudantes estão inseridos na universidade, busca estabelecer relações com outras associações, o que, segundo o entrevistado, tem surtido efeito.

Nesse contexto, busca-se conceituar o capital social de Pierre Bourdieu (2007), pois há uma evidente presença de uma rede durável de relações entre os estudantes associados e outras associações. Com base na propriedade comum que possuem, ou seja, serem oriundos do continente africano, eles procuram promover ligações permanentes e uteis (BOURDIEU, 2007). Essa propriedade comum é descrita pelo membro da AEGU com o intuito de evitar comprometer a própria nacionalidade, o nome do país ou colocar a identidade de todos em questão.

Portanto, a idealização de não perpetuar conflitos, mesmo que eles existam, está condicionada à manutenção das redes de relações duráveis. Dessa forma, essas redes sociais visam orientar os estudantes a não comprometerem sua própria nacionalidade, o nome do país ou a identidade de todos.

Diante desse contexto, ao buscar compreender a existência de preconceito tanto no âmbito interno quanto externo à instituição de ensino superior, e, caso existam, quais são os tipos de preconceitos enfrentados ou presenciados, obtivemos as seguintes respostas:

> Vários tipos! O olhar, a forma de falar, a perseguição no supermercado e no ônibus, não conseguem sentar próximo a nós porque tem um preto e muita das vezes também somos desvalorizados na nossa chegada, fomos maltratados só por estarmos aqui então são muitas coisas. A gente como temos objetivos, não ligamos muito, a gente vive. Até porque estudamos e possuímos espaços de saúde mental, então é mais fácil lidar. (SECRETÁRIO EXECUTIVO – AEAU).

A partir dos relatos obtidos, é evidente que a presença de preconceito é mais pronunciada no âmbito externo à faculdade, destacando-se principalmente o racismo e a xenofobia. O presente relato acrescenta a questão da raça, e do ser preto, ao identificar que esse é uns dos fatores que provocam olhares e a perseguição em estabelecimentos. A forma de falar é identificada de maneira preceituosa, nesse aspecto, os estudantes africanos da UNILAB estejam inseridos na mobilidade qualificada, a condição discriminatória não é anulada, nem enquanto negro, nem enquanto imigrante.

O racismo, aliado à xenofobia, resulta em uma aversão e tratamento hostil em aos estudantes. Além dos desafios e preconceitos enfrentados pelos imigrantes estudantes da UNILAB. Os estudantes pontuam o seu papel crucial na desmistificação dos estereótipos relacionados ao continente africano e à suposta "democracia racial". Diante disso, ao questionarmos sobre as estratégias de resistência para combater o preconceito, recebemos o seguinte relato:

> Qualquer problema que acontece aqui, independentemente de ter sido com um estudante cabo verdiano ou não, é de juntas as associações para discutir, saber do

> caso, apurar e buscar um encaminhamento legal contra racismo e discriminação. A gente reúne, faz uma assembleia para tratar dos assuntos de todos os estrangeiros, e isso é legal, essa união acontece quando acontece algo do tipo. Isso é uma forma de unir forças para combater esse tipo de acontecimento. Nossa associação de certa forma atua como comunidade, com pautas coletivas que quando acontecem, tentamos nos unir, conversar e buscar soluções alternativas. (PRESIDENTE – AECVU).

O primeiro passo estratégico consiste na união de todas as associações estudantis de estrangeiros na UNILAB/CE. Independentemente da nacionalidade ou do membro associado discriminado, todas participam de assembleias para discutir e apurar o caso, tomando as medidas legais necessárias para defender os direitos de qualquer membro contra discriminação. Essa abordagem ressalta o conceito de capital social, uma vez que o pertencimento ao grupo, representado por todas as associações, promove um sentimento de solidariedade e confiança, além de coordenar redes de relações duráveis para benefício mútuo.

Outras estratégias combativas incluem a desmistificação dos mitos e preconceitos sobre o continente africano e seu povo. Isso é realizado por meio de mesas-redondas, festas culturais com temas específicos de cada nação, projetos de extensão e eventos culturais, como as semanas de independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, além da semana da África. Tais eventos visam combater os mitos, apresentar a história do continente e de cada país, assim como suas culinárias e vestimentas, reforçando suas culturas e valores.

Diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelas associações e pelos membros associados, juntamente com o preconceito contra estudantes estrangeiros, busquei entender como os apoios são oferecidos pela associação para atender às necessidades diárias dos seus membros.

É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada durante o período pandêmico, iniciado em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia da COVID-19 devido ao aumento significativo dos casos da doença em todo o mundo.

No contexto em que os estudantes africanos da UNILAB/CE estavam inseridos, a questão sobre o apoio e assistência para os membros associados se torna relevante. A partir dos relatos obtidos, observa-se a seguinte resposta:

> A pandemia chegou de surpresa para todo mundo, o novo desafio. Uma das primeiras medidas foi desenvolver uma campanha de conscientização através de materiais para entender o novo movimento do coronavírus, a prevenção do vírus. Tivemos uma reunião com todas as associações e mais especificamente junto com a PROINST para a gente fazer um encaminhamento específico para o estudante estrangeiro da universidade. Cada associação fez sua campanha individual, eu fiz um vídeo para falar do vírus, os problemas de contraí-la, os cuidados que todos devem ter, esse foi o primeiro passo. O segundo passo foi a questão da dificuldade, tinham alunos que tinham que ficar em casa, alunos que se alimentavam no RU em que o

> valor era muito mais acessível, os custos aumentaram, então esse é outro problema. Tinham alunos que estavam com dificuldades financeiras e nesses casos nós fizemos campanhas de cestas básicas, algumas pessoas entraram em contato conosco para oferecer cestas básicas. Nós fizemos um mapeamento de quantos alunos nossos estavam precisando de cestas básicas para que pudéssemos direcionar esses recursos para esses alunos. De apoio da universidade tivemos distribuição de máscaras para a comunidade e a distribuição do auxílio emergencial para cobrir os gastos, pelo menos para alguns custos alimentícios. Até semana passada a gente também recebeu cestas básicas, a gente vai distribuindo, a gente vai selecionando pessoas que têm mais dificuldades, pessoas que têm filhos, alguma deficiência e todas essas campanhas foram compartilhadas nas redes sociais, nas nossas páginas do Instagram e do Facebook. (PRESIDENTE – AECVU).

Diante do contexto em que os representantes e os membros das associações se encontravam, as primeiras medidas foram às preventivas. Novamente, observa-se o conceito de solidariedade étnica em ação, com o objetivo de prevenir e cuidar da própria comunidade. Esses laços foram fortalecidos ao tentar resolver as dificuldades enfrentadas durante esse período, como a questão da alimentação, ou, mais precisamente, a possível falta dela. Esse mecanismo de solidariedade étnica é destacado no próximo relato:

> A gente cria mecanismos para que essas ações aconteçam, a partir do pedido de ajuda, até porque a associação é um órgão, uma organização sem fins lucrativos e então para ajudarmos os estudantes que possuem dificuldades criamos as ações dentro de nós mesmos com os pedidos e ajudas e essas ajudas são direcionadas aos estudantes que têm dificuldades. Fizemos um mapeamento e entregamos aos que têm dificuldades os bens materiais para que sejam alimentados. (SECRETÁRIO EXECUTIVO – AEAU).

São esses mecanismos, principalmente a solidariedade étnica, que permitem às associações fornecer ajuda aos que enfrentam maiores dificuldades. Diante do contexto atual, essas ajudas se materializaram em recursos materiais e alimentícios. Contudo, é válido ressaltar que dentro do ambiente acadêmico, há outros tipos de assistência, conforme relatado pelo membro da AEGU:

> No domínio acadêmico, por exemplo, a associação promove atividades com relação ao amparo dos novos estudantes, estudantes calouros, depois da sua chegada aqui no Brasil conscientizando-o no ambiente acadêmico. Ensinando as práticas metodológicas de como se faz uma resenha, um fichamento (MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO AEGU).

O apoio das associações aos membros associados ultrapassa os limites do ambiente acadêmico, pois inclui a promoção de ajuda e assistência social àqueles que mais necessitam. Diante desse cenário, questionei o que motiva os estudantes a se associarem, e a resposta foi:

> Uma das maiores motivações você ajuda e você é ajudado, você tem esse espírito social, acaba tendo essa experiência que você não têm nas áreas acadêmicas, você também têm que ter esse lado social, não só a sala de aula. Têm que ter esse conhecimento de gestão, financeiro, áreas culturais, a gente mostra que na associação você têm diversos ganhos que podem contribuir na sua vida acadêmica e social. Porque quando você entra na universidade você vai atrás de conhecimento, a associação também se torna uma forma de conhecimento que você não encontra em

> sala de aula. A gente sempre tenta passar para os nossos conterrâneos a busca por essa união, aproximação, a gente sempre tenta aproximar. (PRESIDENTE – AECVU).

Percebe-se que a presença de ganhos para além do aspecto acadêmico, especialmente no âmbito social. Ao ingressar em uma associação de sua própria comunidade, os estudantes colhem benefícios físicos e humanos por meio do capital social presente nela. Além disso, eles se beneficiam das trocas mútuas, onde a ajuda mútua se torna um símbolo de reconhecimento. A cada interação dessa natureza, ocorre uma consolidação do sentimento de inclusão no grupo.

No que diz respeito à presença do "habitus imigrante" na pesquisa, esse conceito se manifesta principalmente na existência de comunidades étnicas estabelecidas no Brasil, com destaque para a UNILAB/CE. As disposições de princípios que orientam a imigração são influenciadas pelas informações sobre a presença de imigrantes da mesma comunidade que já estão estabelecidos aqui, respaldados por acordos de cooperação educacional ou cultural. Essas informações, que indicam uma imigração bem-sucedida, servem como fonte de inspiração e facilitam novas diásporas estudantis provenientes do continente africano.

A presença do Capital de Mobilidade se inicia com as informações provenientes das primeiras cadeias migratórias. Essas informações, oriundas do interior do grupo étnico, são altamente confiáveis. Em seguida, o acúmulo de informações ocorre por meio do site oficial da UNILAB, que disponibiliza edital de processos seletivos e orientações sobre documentação, requisitos acadêmicos e procedimentos para obtenção de visto. Além disso, o site oferece orientações detalhadas sobre como chegar ao campus a partir do aeroporto e fornece contatos para esclarecer dúvidas e facilitar o acesso a informações.

Outro aspecto importante na geração e acumulação do capital de mobilidade é a presença dessas informações nas páginas das redes sociais de cada comunidade específica. As páginas no *Facebook* têm como objetivo estabelecer os primeiros contatos com estudantes interessados em ingressar na UNILAB, proporcionando acesso remoto e imediato a informações sobre procedimentos administrativos, costumes locais, idioma e tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, fica claro que as associações estudantis desempenham um papel fundamental na integração das cadeias migratórias, fornecendo informações confiáveis sobre a vida acadêmica na instituição de ensino superior. Essas associações buscam disseminar

entre seus conterrâneos africanos o habitus da imigração, garantindo-lhes acesso ao ensino superior por meio do processo seletivo da UNILAB.

O capital de mobilidade gerado pelos estudantes das associações é crucial nesse processo, pois direciona informações nas redes sociais com o objetivo de atrair mais estudantes do continente africano para integrar etnicamente a comunidade universitária.

Além disso, dentro do contexto acadêmico, observa-se a formação de capital social, caracterizado pela cooperação, solidariedade, respeito e participação cívica entre os membros das associações. Essa solidariedade étnica se manifesta na colaboração mútua para desenvolver projetos culturais, organizar eventos para divulgar a riqueza cultural africana e preservar seus valores, bem como auxiliar no progresso acadêmico, seja na produção de teses, artigos ou fichamentos.

As associações também adotam estratégias para lidar com casos de preconceito, unindo-se para proteger os direitos dos estudantes e desenvolver mecanismos de apoio para enfrentar as dificuldades enfrentadas pelos membros associados. A UNILAB desempenha um papel fundamental nesse processo, oferecendo bolsas remuneradas aos estudantes, cedendo espaços para atividades presenciais e apoiando a promoção da cultura africana.

Diante dos desafios enfrentados no contexto externo à universidade, os relatos evidenciam a ausência de apoio de outras instituições e até mesmo das embaixadas, cuja presença no estado é inexistente. Especificamente, houve reclamações sobre o esquecimento da embaixada angolana. No entanto, diante das dificuldades documentais, econômicas e alimentares, as associações buscaram soluções, solicitando ajuda em mercados, recorrendo ao auxílio emergencial e colaborando com a universidade para fornecer cestas básicas aos estudantes mais necessitados. Assim, mesmo diante das limitações, as associações estenderam sua atuação para além das questões acadêmicas, procurando mitigar as dificuldades enfrentadas externamente.

Quanto aos potenciais conflitos, a neutralidade emerge como uma opção mais viável para os membros das associações. A prioridade é manter redes de relações duráveis, um esforço conjunto de todas as associações e seus membros.

Diante dos relatos apresentados, é possível concluir que o associativismo estudantil tem como objetivo conceder voz e protagonismo aos estudantes estrangeiros na UNILAB. Busca-se orientar esses estudantes sobre o país para o qual está migrando, elaborar estratégias contra o isolamento social, promover pautas preventivas, difundir a cultura e preservar os valores, além de atuar como ponte entre o imigrante e seus problemas com as embaixadas. Sendo esses os fortes motivos que levam o imigrante/estudante a buscar a vida associativa.

Adicionalmente, ao considerar a imigração temporária de jovens educados em busca de qualificação para o mercado local ou global futuro, tais estudos tornam-se atrativos para aqueles de países em desenvolvimento ou economicamente desfavorecidos. Por essa razão, alguns Estados-nação opta por instrumentos de cooperação com outros países, visando facilitar o retorno desses jovens às suas origens, como uma forma de mitigar a fuga de cérebros.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ALBUQUERQUE, R. D. L. D. S. **Associativismo, capital social e mobilidade contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal.** Tese de Doutoramento em Sociologia – Universidade Aberta. Lisboa. 2008.

BAENINGER, R e SOARES, W. **Perfil Migratório do Brasil. Texto preliminar**/ OIM. Brasilia: 2009

BAUMAN, Zygmunt; **Modernidade Líquida**. 1. ed. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 1999. p. 1-258.

BAHIA, J. D. do V. (2000). **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo**. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.

BIB: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996.

BOURDIEU, Pierre**. Escritos de educação**, in, Maria Alice Nogueira e Afrânsio Catani (org). 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. - (Ciências sociais da educação)

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** in, Maria Corrêa (org). 9. ed. – Campinas, SP: papiros, 2008.

BÓGUS, L. M. M; FABIANO, M. L. A. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios.** Ponto e Vírgula, São Paulo, n. 18, p. 126-145, 2015.

BONASSI, M. (1999). C**anta América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil.** Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.

BRASIL. **Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial, Brasília, 21 ago. 1980. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm. Acesso em: 21 maio 2021

BRASIL. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial, Brasília, 25 maio 2017b. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 20 junho de 2021.

CARNEIRO, M. L. T. (2018). **Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas.** Revista USP, (119), 115-130. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i119p115-130

CASHMORE, E. et al. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução: Dinah Kleve. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

CLARO, C.A.B. **Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: Avanços e expectativas.** Boletim de Economia e Política Internacional, n. 26, 2020.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.

DEBASTIANI, J. **A política imigratória do governo Vargas (1940-1945): teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização**. Tese - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, p. 1-44, 2018.

DOMINGUEZ, J. A. (2004). **A imigração espanhola para São Paulo no pós segunda guerra: registros da hospedaria dos imigrantes**. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo.** São Paulo: UNESP, 2001. p. 1-165.

ENNES, Marcelo Alario. **A Imigração estrangeira em Sergipe** (1875-1930). História, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 312-334, 2011.
ENNES, Marcelo Alario. **Bon-Odori: Fronteiras simbólicas, identidades e estratificação social.** Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 195-211, 2010.
FERNANDES, A. S. A. **O Conceito de Capital Social e sua Aplicação na Análise Institucional e de Políticas Públicas.** 2002.
FERNANDES, Pádua**. Migração na ditadura militar brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina de segurança nacional.** Rio de Janeiro, ago. 2012.
FRANCISCO, Camila Rodrigues. **Diáspora estudantil africana: revisão de literatura.** Ponto-e-Vírgula: subtítulo da revista, São Paulo, n. 25, p. 15-27, 2019.
GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** ERA – Revista de Administração de empresas, São Paulo, v. 35,n. 2, p. 57-63,1995, / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil.
GOES, Allisson; SOUZA, Marcelo; ENNES, Marcelo. **Mecanismos de solidariedade étnica/nacional e imigração: Chineses e sul coreanos em Aracaju, Brasil**. PLURAL - Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP: subtítulo da revista, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 90-113, 2020.
JÚNIOR, Caio Prado; **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017. p. 1-365.
Gusmão, N. M. M. de. (2012). **AFRICANOS NO BRASIL, HOJE: IMIGRANTES, REFUGIADOS E ESTUDANTES**. *Revista TOMO*, (21), 13–36. https://doi.org/10.21669/tomo.v0i21.895
JUSTINO, D. M. D. (2002). **Os imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: um perfil sociodemográfico.** Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
KELLY, P. F. (1995), "**Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration".** In: PORTES, A. (org.). The economic sociology of immigration. Nova York, Russell Sage
KLEIN, S. Hebert **"Migração internacional na história das Americas,"** in Boris Fausto, ed, Fazer a América: A imigração em massa para America Latina (São Paulo: Editorial de la Universidad de São Paulo (EDUSP), Memorial & FUNAG, 1999), pp.13-32
LESSER, Jeffrey; **A NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2001. p. 1-345.
LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: subtítulo da revista, v. 29, n. 85, p. 160-226, 2014.
MACDONALD, L. & MACDONALD J. S. (1964), **"Chain migration, ethnic Neighborhood formation and social networks".** The Milbank Memorial Fund Quarterly, XLII (1): 82-96. MARSHALL, G
MATTOS, C. A. dos S. (2003). **A presença dos patrícios no oeste paulista: portugueses em Marília.** Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.
MARTES, A. C. B. (2009). **"Velho tema, novos desafios – gestão pública da imigração".** Cadernos Adenauer, v. X, n.1, p. 9-27.
MASSEY, Douglas. (1988), **"Economic development and international migration in comparative perspective".** Population and Development Review, 14: 383-413.
MIGRANTES no mundo chegam aos 281 milhões em ano de pandemia. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 18 jan. 2021. Disponível em:

<https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-no-mundo-chegam-aos-281-milhoes-em-ano-de-pandemia/>.

OLIVEIRA, Márcio De. **A sociologia da imigração no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970.** Sociologias, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 198-228, dez./2018.
OLIVEIRA, Márcio De; KULAITIS, Fernando. **Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios.** Revista Brasileira de Sociologia, p. 15-47.
PATARRA, Neide Lopes. (Org). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** Campinas: FNUAP. 2 ed. 2006.
PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. **Brasil: país de imigração?.** Revista Internacional em Língua Portuguesa: Migrações, v. 3, n. 24, p. 65-97, 2011.
PATARRA, N. L. **Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.
PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil: país de imigração?.** E-Metrópoles, Local, n. 9, p. 6-18, 2012.
PEDONE, Claudia; AFARO, Yolanda. **La migración cualificada en América Latina: una revisión de los abordajes teóricos metodológicos y sus desafíos**. PERIPLOS - Revista de Investigación Sobre Migraciones, v. 2, n. 1, p. 3-18, 2018.
PUTNAM, Robert (1996). **Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, tradução de Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy (1993).
PUTNAM, Robert. (1993). **"The Prosperous Comunity: Social Capital and Public Life".** The American Prospect nº 13 (spring, 1993)
RABELLO, E. H. (2009). **Deutschtum na Bahia: trajetórias dos imigrantes alemães em Salvador.** Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
Relatório publicado em 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/ publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.
RILP: Revista Internacional em Língua Portuguesa: **Migrações**, Lisboa, v. 3, n. 24, p. 9-291, 2011.
ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2010), "**Associativismo em contexto migratório**", in HORTA, Ana Paula Beja (org.), Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante, Abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, pp. 39-5
RODRIGUES, Auro de Jesus**. Metodologia científica: completo e essencial para a vida universitária.** Avercamp, 2006.
SAYAD, Abdelmalek; **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 13-265.
SCHUTZ, Alfred. **O estrangeiro: um ensaio em psicologia social**. Espaço acadêmico, Maringá, n.113, p.117-129, out. 2010.
SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, **política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. Mana: estudos em antropologia social, p. 61-88, 2011.
SEYFERTH, G**. "Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político".** Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SILVA, A. G. D. D. **“O LÁ E O AQUI”: A presença de estudantes africanos/as na UNILAB e suas redes de sociabilidades, integração e representatividade de cultura(s).** Kwanissa, São Luís, n. 5, p. 100-117, 2020.

SILVA, Filipe Rezende; FERNANDES, Duval. **Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira**. REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, Minas Gerais, v. 13, n. 18, p. 50-64, dez./2017.

SILVA, Tarcízio; STABILE, Max. **Monitoramento e pesquisa em redes sociais: metodologias, aplicações e inovações.** Instituto Brasileiro de Pesquisas e Análise de Dados, São Paulo, p. 1-367, 2016.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. RBSE: subtítulo da revista, v. 4, n. 12, p. 265-271, 2005.

SOUZA, Lorena Francisco. **Estudantes africanos em universidades goianas: acordos de cooperação, migração e racismo.** Terra Livre: subtítulo da revista, São Paulo, v. 1, n. 48, p. 13-45, 2017.

SUBUHANA, Carlos. **O estudante de convênio: a experiência sociocultural da universidade da África Lusofona em São Paulo, Brasil**. Trabalho apresentado na 26 º reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. p.1-20. 2005.

SUBUHANA, Carlos; IMPANTA, Iadira Antonio. **Cooperação Solidária: a presença de estudantes da África Lusófona no Brasil.** 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, p. 1-14, 2016.

TCHAM, Ismael**. A África fora de Casa: sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil.** dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia. UFPE: Recife, 2012

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. 20 (1), pp. 199-218. 2008.

TRUZZI, Oswaldo; MONSMA, Karl. **Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente.** Sociologias Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 18-23, 2018.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Dados Quantitativos – DRCA.** Disponível em: https://unilab.edu.br/dadosquantitativos/.

VILELA, E. M. (2002). **Sírios e libaneses e o fenômeno étnico: manipulações de identidades**. Dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte.

VILELA, Elaine Meire; LOPES, L. B. F. **Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil.** BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 41, p. 55-88, 2011.

ZANINI, Debora *et al*. ETNOGRAFIA EM MÍDIAS SOCIAIS. *In*: ZANINI, Debora *et al*. **MONITORAMENTO E PESQUISA EM MÍDIAS SOCIAIS: METODOLOGIAS, APLICAÇÕES E INOVAÇÕES**. São Paulo: IBPAD - Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados, 2006.